

Daciane de Oliveira Silva

**A FEIRA LIVRE DE**

**CRUZ DAS ALMAS:**

**dinâmica espacial, planejamento  
e gestão municipal**



Editora UFRB

A FEIRA LIVRE DE CRUZ DAS ALMAS: TALENTOS E GESTÃO MUNICIPAL



**A FEIRA LIVRE DE CRUZ DAS ALMAS:  
dinâmica espacial, planejamento e  
gestão municipal**

REITOR

Sílvio Luiz Oliveira Soglia

VICE-REITORA

Georgina Gonçalves dos Santos



Editora UFRB

SUPERINTENDENTE

Sérgio Augusto Soares Mattos

CONSELHO EDITORIAL

Alexandre Américo Almassy Júnior

Celso Luiz Borges de Oliveira

Geovana da Paz Monteiro

Jeane Saskya Campos Tavares

Josival Santos Souza

Rubens da Cunha

Sérgio Augusto Soares Mattos (presidente)

Silvana Lúcia da Silva Lima

Wilson Rogério Penteado Júnior

SUPLENTES

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Robério Marcelo Ribeiro

Rosineide Pereira Mubarack Garcia

EDITORA FILIADA À



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

Daciane de Oliveira Silva

**A FEIRA LIVRE DE CRUZ DAS ALMAS:  
dinâmica espacial, planejamento e  
gestão municipal**



Cruz das Almas/BA - 2018

Copyright©2018 by Daciane de Oliveira Silva  
Direitos para esta edição cedidos à EDUFRB.

**Projeto gráfico, capa e editoração eletrônica:**

*Antonio Vagno Santana Cardoso*

**Revisão, normatização técnica:**

*Daciane de Oliveira Silva*

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme  
decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio,  
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Silva, Daciane de Oliveira

A feira livre de Cruz das Almas-BA : dinâmica  
espacial, planejamento e gestão municipal / Daciane  
de Oliveira Silva – Cruz das Almas/BA : UFRB, 2018.

136p.

Modo de acesso: < [www.ufrb.edu.br/editora/titulos-  
publicados](http://www.ufrb.edu.br/editora/titulos-publicados)

ISBN 978-85-5971-075-5 (e-book)

1. Planejamento urbano 2. Feira livre 3. Gestão  
municipal I. Título.

CDD 711.542

Ficha Catalográfica elaborada por: Ivete Castro CRB/1073

**Este livro é referente ao Edital EDUFRB nº001/2018 de apoio à publicação  
de livros eletrônicos**



Editora UFRB

Rua Rui Barbosa, 710 – Centro  
44380-000 Cruz das Almas/BA

Tel.: (75) 3621-7672

[editora@reitoria.ufrb.edu.br](mailto:editora@reitoria.ufrb.edu.br)

[www.ufrb.edu.br/editora](http://www.ufrb.edu.br/editora)

[www.facebook.com/editoraufrb](http://www.facebook.com/editoraufrb)

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>ANÁLISE DA FEIRA LIVRE</b> .....	19
Atividades econômicas .....	19
Gestão e planejamento municipal.....	20
Uma abordagem geral.....	25
<b>AS CIDADES, O URBANO E A FEIRA LIVRE</b> .....	31
Os dois circuitos da economia urbana .....	39
Dinâmica, gestão e planejamento.....	49
A Feira livre no PDDU .....	50
<b>FEIRA LIVRE DE CRUZ DAS ALMAS</b> .....	63
O processo de formação e localização .....	63
Questões estruturais da feira livre .....	70
Perfil dos feirantes .....	99
<b>UMA ABORDAGEM PROPOSITIVA</b> .....	107
Capacitação dos feirantes .....	107
Gestão de resíduos sólidos .....	108
O papel do associativismo.....	113
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	117
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	121

<b>APÊNDICE A</b> .....	<b>131</b>
<b>SOBRE O AUTOR</b> .....	<b>137</b>



# INTRODUÇÃO

As atividades econômicas no/do espaço urbano das pequenas, médias e grandes cidades apresentam-se de diversas formas e podem ser classificadas como organizações formais e informais<sup>1</sup>. O comércio formal procura se modernizar cada vez mais em um contexto de acirrada competitividade. Já o informal ocorre em várias partes da cidade e se expressa em diferentes modalidades de formas de comércio, dentre os quais a feira livre, uma das formas que mais concentram o comércio informal nas cidades brasileiras.

As feiras livres são um complexo de relações sociais e econômicas que ocorre dentro de um determinado espaço público. Apresentam relevância irrefutável, principalmente no nordeste brasileiro por serem única fonte de renda de inúmeras famílias que não encontraram em outra atividade econômica alternativa de sobrevivência. As feiras são geridas pelas prefeituras caso que também se expressa na feira livre de Cruz das Almas.

As feiras livres de Cruz das Almas sofrem um crescimento desenfreado por absorver parcela da população desempregada ou aqueles que estão chegando ao mercado de trabalho. Isto contribui para a precarização dos espaços públicos, pois, no ano de 2011,

---

1- Para Chiavenato (1991), a organização formal foi instituída a partir das teorias clássica e neoclássica, e é caracterizada pelas práticas estabelecidas em leis, políticas e padrões previamente definidos. A organização informal foi criada na teoria das relações humanas, é constituída de relações espontâneas, cuja duração extrapola as interações de caráter formal. Somente a partir da teoria estruturalista de Max Weber foi possível se concretizar a união entre a organização formal e informal. Entretanto nesta dissertação, será abordada no âmbito dos dois circuitos da economia urbana proposto por Santos (1979). As atividades dos circuitos da economia urbana são dicotômicas, mas não são intercambiáveis e, mantêm relações, nas quais a renovação de um pode promover o crescimento do outro e vice-versa. O circuito inferior refere-se às atividades de pequena escala desenvolvidas por ambulantes, carregadores, pequenos comércios, e o circuito superior é composto por bancos, indústrias e grandes comércios formais.

além de ocuparem os espaços do mercado municipal e das áreas ao seu redor, os feirantes se instalavam no chão, deliberadamente, em condições desprovidas de higiene, nos espaços destinados à passagem de pedestres e automóveis. Deste modo, torna-se urgente a utilização de estratégias para mudar esta realidade tão complexa, pois as feiras livres, em muitas cidades do Recôncavo baiano, são responsáveis por suas diversas dinâmicas econômicas, políticas, sociais e culturais.

Nesta perspectiva, a feira livre apresenta-se carente de políticas públicas para suprir suas necessidades em relação à estrutura, organização e limpeza destes espaços. Por isso, a urgência da criação e implementação de políticas públicas que sejam capazes de mantê-los competitivos diante de um mercado formal que oferece uma infinidade de benefícios a sua clientela. Neste sentido, buscando melhorar as condições dos feirantes no espaço da feira livre, levantou-se o seguinte questionamento: como a prefeitura municipal promove a gestão e o planejamento da feira livre de Cruz das Almas?

Para responder esta pergunta, foram criadas outras questões norteadoras: como a feira livre se insere no espaço urbano? Como as políticas públicas podem contribuir com melhorias ao setor considerado informal? Os feirantes participam de discussões e projetos referentes à feira livre? Como analisar a feira livre de Cruz das Almas a partir da teoria dos dois circuitos da economia? Como se pode fazer a leitura deste circuito na atualidade? Qual o perfil dos feirantes que ocupam a feira livre de Cruz das Almas? Esta última questão gerou outra: a comercialização na feira livre é a única alternativa de renda para os feirantes de Cruz das Almas ou lhes é um complemento?

Neste sentido, a pesquisa objetivou entender como a prefeitura municipal promove a gestão e o planejamento da feira livre de Cruz das Almas, considerando-se sua dinâmica espacial como importante atividade econômica local e regional. Para isso, levantou-se como

objetivos específicos: analisar as dimensões estruturais da feira livre de Cruz das Almas; entender a dinâmica espacial da feira livre de Cruz das Almas; analisar as proposições de gestão e planejamento da feira livre de Cruz das Almas, através do entendimento de política pública e participação popular e propor melhorias no planejamento e gestão da feira livre de Cruz das Almas.

A pesquisa justificou-se pelo fato de existir uma fraca produção acadêmica que promova uma interface entre feira livre e gestão municipal. Assim, foi possível contribuir academicamente, no sentido de fomentar outros estudos, debates e melhorias não somente sobre feiras livres, mas também inúmeras demandas que afligem outras atividades econômicas enquadradas no mercado informal.

A temática da feira livre com o olhar na gestão e planejamento municipal surgiu do fato da autora, no ano da pesquisa, fazer parte do quadro docente da Faculdade Maria Milza (FAMAM) no curso de Administração, que lhe permitiu conhecer a amplitude da referida feira e sua importância para a economia regional, enxergando nesta atividade econômica fonte potencial de geração de emprego e renda para inúmeras pessoas da cidade e da região.

O município de Cruz das Almas localiza-se na região do Recôncavo baiano, parte do Território de identidade Recôncavo, segundo a nova regionalização do estado. Abrange uma área de 173,9 km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica elevada de 315,28 hab./km<sup>2</sup>. Sua localização em relação à capital Salvador é de 146 km, a qual se utiliza através das BR- 101 e 324. Segundo o Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população de Cruz das Almas é de 58.584 habitantes.

**Figura 1** – Mapa da Bahia, com destaque para o Recôncavo Sul

Fonte: SEI. Informações Básicas dos Municípios Baianos, 1997.

**Figura 2** – Mapa do Recôncavo com destaque para Cruz das Almas-BA.

**Fonte:** SEI. Informações Básicas dos Municípios Baianos, 1997.

O município de Cruz das Almas foi emancipado no ano de 1877, e assim desmembrado da comuna de São Félix. Conhecido nacionalmente pela tradicional guerra de espadas no período junino. Apresenta uma forte inclinação para o setor educacional, através da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA), hoje ampliada e transformada na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Em 2005, o governo federal sancionou a Lei 11.151, transformando a EAUFBA em um pólo universitário, por meio de um modelo multicampia, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com sede e foro no referido município. Atualmente, em 2018, disponibiliza para a comunidade baiana 6 *campi*: Amargosa, Cruz das Almas, Cachoeira, Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus e Santo Amaro. Cruz das Almas, além de abrigar a sede, atua com dois centros - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

(CCAAB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) com diversos cursos de graduação e pós-graduação.

Até meados de 1995, basicamente a economia da cidade resumia-se ao comércio local, agricultura e indústria de tabaco. A partir desta data, foram instaladas seis fábricas de calçados (Bibi Calçados, Mosquem & Mosquem, Marfim Têxtil, Solajite, Alfredo Maus e Gilsom), o que deu uma guinada na indústria de transformação do município. Segundo dados da RAIS, no mês de dezembro de 2010, a cidade gerou em todas as atividades econômicas 10.576 empregos, conforme Tabela 1.

**Tabela 1** - Empregos formais em dezembro de 2010: Cruz das Almas

ATIVIDADES	TOTAL	%
Indústria de Transformação	1574	15
Construção Civil	460	4
Comércio	3489	33
Serviços	2694	26
Administração Pública	1933	18
Agropecuária	426	4
TOTAL	10.576	100

Fonte: RAIS<sup>2</sup>-MTE (2010)

De acordo com os dados numéricos dos empregos de Cruz das Almas, os setores que mais empregam são o comércio (33%), o setor de serviços (26%) e em terceiro lugar a administração pública (18%). Outro dado relevante sobre o município trata do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal que, segundo Hannecker (2011), em 2000, o IDH de Cruz das Almas é 0,723, e em 2010 este índice não sofreu

2- Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um instrumento de coleta de dados instituído pelo Decreto nº 76.900, de 23/12/75 e tem por objetivos: o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País; o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho; e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais (RAIS, 2010).

alteração. Segundo a classificação do PNDU, portanto, encontra-se entre as regiões de médio desenvolvimento humano (0,5 e 0,8).

A cidade de Cruz das Almas possui duas feiras livres, uma localizada no bairro Coplan e outra feira, objeto de estudo desta pesquisa, que apresenta localização privilegiada, na praça do Lavrador, no centro da cidade. Nas proximidades da feira encontram-se outros estabelecimentos como bancos, lojas de eletrodomésticos, vestuário, ferragem, barbearia, salão de beleza, restaurantes, lanchonetes, supermercados e casa lotérica, que torna cômoda e rápida a vinda da população, tanto local como de cidades circunvizinhas, quer na condição de feirante, quer comerciante ou cliente.

Em termos de procedimentos metodológicos, esta pesquisa tem caráter qualitativo e quantitativo. Segundo Minayo (2006), a aplicação destas abordagens promove o aprofundamento das reflexões com a finalidade de compreender e explicar o objeto, no caso em específico à feira livre de Cruz das Almas. A questão qualitativa se expressa nas entrevistas com feirantes, clientes e representantes da prefeitura, ou seja, dezenove pessoas que representam a liderança da feira livre. Conforme Minayo (2006), neste tipo de pesquisa, emprega-se o critério de saturação, na qual o pesquisador ao perceber repetição e redundância nas informações contidas percebe a necessidade de suspender a aplicação do instrumento de coleta de dados a novos sujeitos.

A pesquisa também apresenta uma abordagem quantitativa, a partir do momento em que foram aplicados formulários com dezesseis perguntas, sendo três abertas. Apresentam variáveis de natureza qualitativa do tipo ordinal e nominal, com a finalidade de identificar o perfil dos feirantes dos diferentes espaços da feira, sendo classificados como grupos ou categorias. Partindo dos dados da pesquisa do Projeto de Iniciação Científica (PROINC<sup>3</sup>) realizado

---

3- Grupo de pesquisa da Faculdade Maria Milza, instituição superior de ensino privado, localizada em Cruz das Almas-BA.

em 2006, detectou-se a presença de 818 pontos comerciais dispostos no espaço público da feira livre da Praça do Lavrador de Cruz das Almas.

A partir disso, calculou-se através do sistema estatístico Bioestat uma amostra representativa de 262 feirantes, usando como base um intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 5%. Empregou-se a amostragem estratificada proporcional e, dentro de cada estrato homogêneo aplicou-se a amostragem sistemática com a finalidade de fazer o levantamento do perfil do feirante de Cruz das Almas.

Quanto às fontes de dados, foram escolhidas a pesquisa de campo, a documental e a bibliográfica. A pesquisa de campo é aquela realizada no ambiente natural, ou seja, nas feiras livres, na qual analisaram-se os grupos ou estratos, através da aplicação de formulário aos feirantes nos dias de sábado entre os meses de agosto e novembro de 2011.

A pesquisa documental concretizou-se a partir da análise de documentos institucionais, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), recortes de jornais, fotos antigas, projetos de intervenção e requalificação da feira livre. A pesquisa bibliográfica abrangeu a consulta a trabalhos científicos (monografias, *papers* e artigos), livros, revistas, sobre o tema.

Esta pesquisa utiliza como embasamento teórico produções acadêmicas de diversos autores tais como: Santos (1979), que propôs a teoria dos dois circuitos; Côrrea (1997), que discorre sobre a teoria das centralidades e algumas questões do comportamento socioeconômico dos consumidores da feira livre; e Souza (2007), que expõe a reforma urbana como um grande avanço para as cidades. Como materialização deste avanço, analisou-se o Plano de Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), documento que trata do planejamento e desenvolvimento das cidades; da distribuição espacial das atividades econômicas do município (inciso IV); da adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e



financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais (inciso X). Adaptando estas diretrizes, verificar-se-á como a prefeitura expõe no PDDU a gestão da feira livre de Cruz das Almas. Como o PDDU é uma política pública que deve ter participação popular, seu texto também tratava da discussão com autores como Santos (2009), dentre outros renomados acadêmicos que abordam questões da Administração Pública.

Este livro está dividido em quatro capítulos mais a introdução, que apresenta a temática, problematização, objetivos, metodologia, estrutura do trabalho e uma breve caracterização do objeto de pesquisa em seu recorte empírico. O primeiro capítulo traz uma análise dos conceitos concernentes à temática proposta. O segundo expõe a relação entre cidade, urbano e feira livre, abordando a teoria dos dois circuitos da economia urbana segundo Milton Santos. Ainda trata da feira livre de Cruz das Almas, sua dinâmica, gestão e planejamento e o olhar dado a esta feira no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). O terceiro capítulo retrata a feira livre de Cruz das Almas através de uma rápida contextualização de seus aspectos de formação, localização, questões estruturais da feira e perfil dos feirantes. O quarto capítulo tem grande relevância social, pois é um tópico propositivo que tem a finalidade de abordar sugestões para a melhoria dos espaços da feira livre da cidade. Encerrando o trabalho, as considerações finais abordam os resultados da pesquisa da feira livre de Cruz das Almas sob o enfoque da gestão e do planejamento municipal.



# ANÁLISE DA FEIRA LIVRE

Para uma melhor compreensão do objetivo da pesquisa, qual seja entender como a prefeitura municipal promove a gestão e o planejamento da feira livre de Cruz das Almas, é necessário o conhecimento de conceitos que envolvem esta temática: atividades econômicas; gestão e planejamento municipal; feira livre.

## Atividades econômicas

As atividades econômicas ou setores da economia são atividades geradoras de riqueza de um país, estado ou município e são agrupadas nos ramos de comércio, indústria e serviços. Com a internacionalização do capitalismo expressa pela globalização, alteraram-se profundamente as formas de sobrevivência da sociedade: muitas foram extintas, outras sofreram grandes transformações, e outras foram criadas.

O setor primário, que engloba as atividades ligadas ao campo, como a agricultura, a pecuária e o extrativismo. O setor secundário, no qual as atividades industriais estão incluídas, e, o setor terciário, o qual inclui as atividades ligadas ao comércio e a prestação de serviços [...] a partir da década de 1950 emerge outro setor, o quaternário, ligado à informação e a comunicação (SOUZA, 2009, p. 4)

Em cada momento histórico da evolução da humanidade, o homem cria incansavelmente formas de angariar melhores condições de vida. Portanto, as atividades econômicas são também formas que podem ser expressas pelos setores primário, secundário, terciário e o mais recente, o setor quaternário.

Souza (2009) também mostra a evolução de cada setor até à última concepção, o setor quaternário. No setor primário, encontram-se as atividades mais antigas: o extrativismo animal (a caça e a pesca), extrativismo vegetal (a coleta de frutos nas matas), mineração, pecuária e agricultura, que foram criadas para o atendimento das necessidades de sobrevivência humana. Com o surgimento da indústria moderna, no século XVIII, surge a divisão social do trabalho e, a partir daí, várias outras fações passaram a ser criadas pelo homem, principalmente em relação aos meios de comunicação, o que originou o setor secundário. Neste setor, destaca-se a produção de bens de capital. Junto com o setor secundário, naturalmente nascem outras demandas por atividades comerciais e serviços, surgindo o setor terciário. Como este último tornou-se inchado, emergiu o setor quaternário que contempla atividades como: lazer, bancos, comunicação e saúde.

Segundo o IBGE (2007), a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAES) é um grupo de atividades econômicas oficialmente adotadas pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos gestores de cadastros e registros da Administração Pública do país. Esta classificação foi criada a partir da Clasificación Industrial Internacional Uniforme de todas las Actividades Económicas (CIIU/ISIC), e ambas apresentam como objetivo padronizar as atividades econômicas existentes no espaço, e assim, facilitar o acesso à informações sobre as economias estadual e municipal. Para a administração pública, esta classificação facilita o entendimento da dinâmica da economia no espaço urbano.

## **Gestão e planejamento municipal**

Com a exigência imposta pela competitividade do mercado, o empirismo deixou de ser uma prática, e os conceitos de planejamento e gestão que surgiram no campo da administração no

âmbito privado passaram a ser amplamente empregados no âmbito das organizações públicas. Mas, geralmente, a literatura traz estas temáticas sob o enfoque estratégico<sup>1</sup>.

Para Ferreira, Reis e Pereira (1997), antes da Revolução Industrial, a base da economia mundial era artesanal e manufatureira; a partir deste fenômeno, transforma-se numa produção industrial e mecanizada. Neste período, início do século XX, os “olhos” do mundo voltam-se para o ambiente fabril que se caracteriza pela racionalização do trabalho, divisão de tarefas, supervisão cerrada e obediência hierárquica. Neste contexto, influenciado pela ideologia de Taylor<sup>2</sup> que se preocupou com as questões de âmbito produtivo, o francês Henri Fayol idealizou a teoria clássica que pregava a importância da gerência administrativa criando as quatro funções da administração: previsão, organização, comando, coordenação e controle.

Para Fayol (1990), o ápice de governar é a previsão, que no mundo dos negócios significa calcular o futuro. A materialização da previsão é denominada de programa de ação onde estão especificadas a linha de conduta e as etapas a serem transpostas, ou seja, é a marcha da empresa prevista e preparada para certo tempo. Ainda afirma que um bom programa de ação é um precioso instrumento de governo.

A previsão é denominada de Planejamento, o qual representa decisões presentes que terão implicações futuras. Significa traçar planos para se atingirem os objetivos da organização. É a partir do planejamento que outras funções da administração são definidas, como dirigir, controlar e organizar. Para Andion (2002, p. 40), “o

---

1- Refere-se à seleção de meios e caminhos para se atingirem os objetivos organizacionais, analisando as variáveis internas (ambiente interno) e variáveis externas (mercado)

2- Frederick Taylor foi o pai da ciência da administração. Instituiu no ano de 1881, no ambiente fabril, um método de racionalização da produção que consistia em eliminar movimentos desnecessários, o que acarretava em aumento de produtividade, pois promovia redução do tempo e ampliação do ritmo de trabalho dos empregados. Este método foi difundido e hoje é amplamente utilizado em todos os setores da economia.

administrador que não planeja torna-se um `solucionador de problemas`; ele acaba se concentrando somente naquilo que é emergente e não consegue se antecipar aos acontecimentos.” Já a gestão é a prática da atividade de planejamento, ou ainda, o conjunto de processos, procedimentos e práticas que tornam viáveis a implementação dos planos<sup>3</sup> e o alcance dos objetivos organizacionais.

Os primeiros estudos formais no estudo de planejamento dataram do final da década de 1950 e início da década de 1960, partindo de três abordagens que refletem a evolução do mundo dos negócios, que parte de uma abordagem prescritiva voltada para a formulação, para uma abordagem flexível com foco na implementação.

#### Quadro 1- As escolas tradicionais do planejamento

ESCOLAS	PRINCIPAIS AUTORES	PALAVRAS-CHAVE	VISÃO DA ORGANIZAÇÃO	VISÃO DO AMBIENTE
<i>Design</i>	Selznick, 1957 Andrews, 1965	Competência distintiva, vantagem competitiva	Como máquina	Pode ser definido e é estável
Planejamento	Ansoff, 1965	Programa, orçamento, esquema, cenário	Como burocracia	Simples, estável (portanto, previsível)
Posicionamento	Porter, 1980 e 1985		Como máquina enorme, dividida e globalizada.	Simples, estável e quantificável.

**Fonte:** Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2000 apud ANDION, 2002, p. 41)

Até 1965, a economia fluía sem muitas alterações, fato que tornava o mercado estável. E como não havia mudanças, a organização era vista como máquina (escola *design*). A partir desta data, o planejamento passou a ser utilizado considerando

3- É um documento utilizado para descrição da missão, dos objetivos e das estratégias que serão empregadas para o atingimento de resultados nas organizações públicas e privadas. No caso das organizações públicas, tem-se como exemplo o plano diretor, plano de governo e a lei orgânica, e como um conceito mais atual, o plano estratégico.

uma abordagem financeira, como forma de prever os cenários dos negócios (escola do planejamento). Em 1980, com a abertura dos mercados, surge a globalização. E para acompanhar as exigências deste novo cenário político e econômico, o guru da administração e maior autoridade em estratégia competitiva, Michael Porter, cria a escola de posicionamento para ser empregada no mundo dos negócios e se caracteriza pela união do planejamento com a gestão, este último com uma nova roupagem, o viés sistêmico. Para Lobato et. al (2003), esta visão sistêmica da gestão contempla o planejamento, a organização, a direção, a coordenação e o controle de todas as atividades organizacionais de forma integrada, a tal ponto que o todo é mais importante que a soma das partes.

Como todas as organizações estão imbricadas, o processo de inexorável mutação da sociedade também atinge o campo da administração pública, que passa por pressões da população, exigindo a criação de políticas públicas de acesso a melhores condições de vida. Por isso, o trabalho do gestor municipal precisa enxergar o município como um ente público que apresenta um caráter de permanente mudança, ressaltando que o direcionamento de sua atuação nas questões relacionadas ao planejamento e gestão da cidade não devem ser dissociados. Para Matus (1993, p.499), “o planejamento é uma necessidade da gestão e a gestão é a materialização do plano. Assim, é essencial evitar a dissociação entre planejamento e gestão”.

Gestão originária da palavra *gerere*, de origem latina, significa dirigir, conduzir ou governar. O planejamento foi criado pelas instituições privadas, é concretizado via documento, chamado plano, e a sua prática, chamada ação, tem caráter dinâmico e alterável de acordo com as constantes demandas impostas pela sociedade. Partindo desta premissa, é um desafio para qualquer administrador público fazer cumprir a gestão pública em sua efetiva função social.

No campo da administração pública, mais especificamente na esfera municipal, a gestão e o planejamento são conceitos que receberam a expressão “urbano”. Assim, a gestão urbana visa a resolver fenômenos numa escala de tempo presente, e o planejamento é a forma utilizada para se antecipar aos fenômenos, dando suporte sistemático aos problemas e desafios enfrentados pela gestão. Ao usar palavras diferentes, mas que trouxeram o mesmo significado, Maquiavel, em 1513, cria a expressão “prever para prover”.

Para Pfeiffer (2000), o planejamento urbano é materializado pelo Plano Diretor e pela Lei Orgânica Municipal, e tem a finalidade de “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988: título VII, capítulo III, art. 182). A aplicabilidade dos instrumentos citados é insuficiente para atender às demandas dos cidadãos, isto porque, tanto o plano diretor como a lei orgânica, são morosos em sua aprovação, fato que torna inviável refletir a realidade e as demandas do município em tempo real. Contudo, como estes instrumentos não acompanham a dinâmica urbana, a gestão municipal deve buscar um desenvolvimento focado nos fatores externos.

Isso significa que ele tem de se preocupar com o desenvolvimento econômico em geral para evitar que a qualidade de vida fique estancada ou até diminuída. Portanto, o planejamento urbano não pode mais ficar limitado à área do próprio município, e o futuro não pode mais ser visto como a continuação linear daquilo que ocorreu no passado. Têm de ser criadas e aproveitadas novas oportunidades — o que os tradicionais instrumentos de planejamento urbano não consideram (PFEIFFER, 2000, p.6-7).

Portanto, para se antecipar e acompanhar as mudanças do ambiente social, político e econômico que refletem na gestão das cidades, o planejamento estratégico foi criado nos anos 1960



nas instituições privadas, e passou a ser utilizado nas públicas no início dos anos 1980. O planejamento estratégico é um instrumento de gerenciamento “entendido como um processo permanente no qual o ambiente da organização é observado e analisado, ações são planejadas, executadas e os seus impactos são avaliados - antes do ciclo começar outra vez”(PFEIFFER, 2000, p. 9). Infere-se que o planejamento e a gestão caminham juntos na difícil tarefa de alcançar um efetivo gerenciamento dos diversos problemas existentes nas cidades.

## Uma abordagem geral

As primeiras feiras surgiram no século XI, quando o homem começou a produzir além do necessário para seu consumo, o chamado excedente de produção. Segundo Silva (2006), sua importância foi ampliada no século XVI, através dos rastros deixados pelas cruzadas na Europa expressos pelos entrepostos comerciais que deram origem aos povoados e, finalmente, às cidades.

De acordo com Pirenne (1982, p.102), as feiras “eram centros de intercâmbio em grande escala, que se esforçavam em reunir o maior número possível de homens e produtos”. Como sua produção era pequena e estes precisavam de outras mercadorias para satisfazer suas necessidades, começaram a criar aglomerações para promover trocas. Estes locais foram denominados de feiras, e tinham inicialmente apenas função comercial.

O comércio, entendido como uma função urbana na qual as mercadorias são trocadas, tem sua origem ligada à própria história da humanidade. Ele surgiu e se desenvolveu a partir do momento em que passou a existir um excedente de produção, fruto do desenvolvimento das forças produtivas, que levou ao sistema de trocas (CLEPS, 2003, p.1),

Como a feira livre faz parte do comércio, tem ligação direta com a história da humanidade. Para Santos, Pinheiro e Santos (2009), várias cidades surgiram e cresceram com a colonização e até hoje exercem importância econômica e política. O mesmo aconteceu no Nordeste, no qual várias cidades se emanciparam em decorrência do vigor de suas feiras livres, única forma de comércio na história urbana brasileira que deu origem às cidades.

Desde a antiguidade, é notória a importância das feiras livres como fonte de renda para milhares de famílias, tanto dos comerciantes de alimentos como também para outras pessoas como artesãos, repentistas e consumidores que circulam em busca de serviços e mercadorias. A feira é uma diversidade de ofícios dispostos em um espaço público, que além da questão econômica, possui forte influência como protagonista no processo cultural deste espaço. A cultura se expressa a partir do momento em que, segundo Lima (2006), os novos produtos vindos de diversas cidades, ao se reunirem na feira, trazem intrínsecos outros estilos de consumo, promovendo novos gostos e necessidades. E para complementar esta ideia, Jesus (1991, p.31) afirma que a “feira se projeta como um espaço de resistência cultural, em detrimento das relações interpessoais e burocratizadas que o moderno ritmo da vida impõe às cidades.”

As feiras livres possuem um leque muito grande de produtos e serviços. Por isso, podem ser classificadas, segundo Gaspar (1970 apud MACHADO, 2005), como: feiras de mercadorias, feiras de amostras, mercados urbanos e rurais (feiras locais) e as feiras de gado. E para atender as especificidades locais e regionais, recebem nomes específicos, como feira de artesanato, de negócios, de produtos *hippie*, etc.

As feiras livres são a união de feirantes que expõem seus produtos e disponibilizam seus serviços em um espaço público para que sejam adquiridos pelos consumidores, representados pela população local e regional. No Nordeste, na prática, não

existe diferença entre feiras livres e os mercados. Mas, de acordo com as teorias sobre o assunto, o que caracteriza uma feira livre é a periodicidade, ou seja, sua existência em intervalos regulares. Já em relação aos mercados, para Berry (apud JESUS, 1991, p. 49), “as feiras complementam os mercados periódicos [...] enquanto os mercados periódicos estão voltados, sobretudo, para a satisfação da demanda local, as feiras ocorrem com menor frequência, refletindo as atividades regionais”.

Dialogando com a argumentação de Jesus (1991), baseado na obra de Gaspar (1970), Machado (2005) criou uma classificação das feiras livres e mercados segundo variação dos produtos, tempo de realização e importância local/regional.

**Quadro 2** - Classificação das feiras livres e mercados

CRITÉRIOS				
CLASSIFICAÇÃO	Variedade de produtos oferecidos	Tempo de realização do evento	Importância regional	local/
Feiras	Grande	Semanal, quinzenal ou sazonal	Regional	
Mercados	Pequena	Diário ou em pequenos intervalos de tempo	Local	

**Fonte:** Machado (2005, p. 40)

Diante do quadro exposto, fica claro a diferença entre feiras e mercados. Entretanto, no nordeste brasileiro, berço destas atividades econômicas, estes elementos geralmente convivem no mesmo espaço público, e assim, a diferença torna-se mais teórica que prática.

Para Machado (2005), o estudo da temática sobre feiras livres passou por três momentos históricos. No início do século XX, alguns teóricos começaram a observar a presença das feiras

no espaço urbano e rural, focando a simplicidade desta atividade econômica que fora definida como comércio ambulante de artigos de armarinho, fazenda, quitanda, objetos para escritório, perfumaria, entre outros. Strauch (1952 apud MACHADO, 2005) destaca a feira de gado, a qual devido a suas reuniões semanais, apresenta forte influência no processo de formação das cidades.

No segundo momento, período da industrialização do país, o estudo das feiras foi esquecido e substituído pela influência das indústrias multinacionais na dinâmica do espaço urbano. Isto não poderia acontecer, pois a atividade econômica da feira continuava existindo, mas com novas especificidades em relação às formas de produção e distribuição das mercadorias.

Por último, na década de 1990, os estudos começam a aparecer, mesmo diante das transformações advindas da globalização, pela ciência da Economia, Administração e Geografia. A Economia estudou as feiras livres sob a perspectiva do desemprego, reduzindo visão da feira a um comércio informal ligado à pobreza urbana. Na administração, Bromley (1980) afirma a existência da feira atrelada a aspectos históricos e culturais decorrentes da necessidade dos produtores e da vantagem comparativa. A necessidade dos produtores se manifestou a partir do momento em que a venda dos produtos na feira tornou-se uma complementação da renda, e como a feira apresenta um caráter periódico, em cada dia da semana acontecendo em uma localidade, tornou-se um fato financeiramente interessante para os ambulantes. Ainda assim, Bromley (1980) afirma que a resistência da atividade comercial representada pelas feiras livres, além de ser uma variável econômica, também apresenta uma forte relação com o contexto social onde estas feiras estão inseridas.

Na Geografia, estudiosos como Milton Santos, Gilmar Jesus e Roberto Lobato Corrêa buscam descobrir como as feiras resistem aos reflexos da modernização tecnológica através da teoria dos dois circuitos da economia, do mercado periódico e de um espaço de vivência.

Para Dantas (2007), as feiras livres são espaços formados por atores diversos que dela se apropriam e atingem seus objetivos. A apropriação destes espaços acontece nas dimensões: simbólica, física, social e econômica. Na dimensão simbólica, trata-se da feira como um espaço de vivência social e parte integrante do cotidiano das pessoas; a dimensão física refere-se a um mercado aberto de circulação de pessoas, mercadorias e onde cada vendedor estabelece seu local, o chamado ponto, para comercializar seus produtos; na dimensão social, é um lugar no qual acontecem encontros e interações espontâneas de pessoas e na dimensão econômica é um local de comercialização dos mais diversos produtos (hortifrutigranjeiros, pecuários e manufaturados).

Apesar de todo esforço em trazer um embasamento teórico sobre o assunto, a literatura sobre feira livre, principalmente sob a ótica da gestão municipal, ainda oferece poucas opções de leitura, o que reforça a importância desse trabalho. Considera-se que este circuito da economia urbana vem sofrendo alterações, e estas serão demonstradas através da pesquisa de campo realizada na feira livre de Cruz das Almas.



## AS CIDADES, O URBANO E A FEIRA LIVRE

Os primeiros passos para o surgimento das cidades se dão a partir do momento em que o homem começa a dominar algumas técnicas rudimentares de plantio, tornando-se agricultor, fato que não mais o obrigava a buscar sobrevivência em outros lugares, deixando assim de ser nômade. Com a prática, o plantio começou a gerar excedentes, e as primeiras cidades começaram a surgir nos locais onde a agricultura já apresentava um incipiente estágio de desenvolvimento. Este contexto promoveu o surgimento da “divisão de trabalho que, além de implicar uma divisão da sociedade em classes, vai determinar uma separação espacial entre as atividades dos homens, logo entre cidade e campo.”(CARLOS, 1999, p.59). Além disso, a modernização também atinge o campo, provocando na população um processo de marginalização, pressionando-a a seguir para as cidades em busca de melhores condições de vida.

A emergência do capitalismo entre a segunda metade do século XVI e o início do século XVII e sua instauração plena com a Revolução Industrial no final do século XVIII, provocaram a criação de uma organização espacial e de uma rede hierarquizada e integrada internacionalmente. Côrrea (1997), ao falar da Teoria das Localidades Centrais, trata da organização espacial da distribuição de bens e serviços; portanto, de uma mudança de comportamento do espaço. Para Santos (2003), esta mudança- reflexo do capitalismo também atingiu o processo econômico urbano que acarretou um aprofundamento da divisão social e geográfica do trabalho, separando o homem dos meios de produção, os quais escapam cada vez mais do produtor direto para se concentrar nas mãos dos detentores do capital.

A cidade é um produto das ações humanas. Segundo Santos (2006), o espaço é o conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e de ações. As ações são orientadas por objetivos que, através do trabalho, modificam a natureza, os espaços e o homem. Com a evolução das técnicas, o trabalho também evolui e o homem adquire mais autonomia, fato que garante inúmeras transformações nos espaços. Reafirmando a situação acima, Castells (1983, p. 181) discorre que “o homem transforma seu ambiente na sua luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto do seu trabalho”. Com toda esta evolução, o homem promoveu a criação das cidades.

Portanto, a urbanização é o resultado do processo de difusão do capital, ou seja, é nas cidades que o capitalismo toma corpo e o capital passa a ter uma acelerada mobilidade espacial, movimento chamado por Bauman (2001) de modernidade líquida e fluida. Atraídas por anúncios de emprego e melhores condições de vida, as pessoas passam a migrar para as cidades.

Até a década de 1930, a economia de um lugar fluía sem interferência do Estado. Com a crise mundial que se iniciou no sistema financeiro americano, o Estado é chamado para intervir na economia. E este movimento chamado por Santos (2003) de planejamento, nada mais é que o capitalismo e suas nuances. Neste período, a iniciativa privada impunha ao Estado a ideologia do desenvolvimento atrelada a uma sociedade de consumo. Nesta época, surge o termo subdesenvolvimento:

[...] para denominar os países pobres como uma forma de dominação, já que segundo os estrangeiros todos deveriam buscar à aceitação de um só parâmetro aplicável à economia, à sociedade, à cultura, à ética; em suma, à dependência e a dominação, à dominação através da dependência (SANTOS, 2003, p. 65).



A criação do conceito de subdesenvolvimento traz nas entrelinhas normas impostas pela globalização no que concerne a todos os âmbitos da vida humana (econômico, político, social e cultural). Além disso, a globalização apresenta outra definição:

O período atual tem como uma das bases esse casamento entre ciência e técnica, essa tecnociência, cujo uso é condicionado pelo mercado. Por conseguinte, trata-se de uma técnica e de uma ciência seletivas. Como, frequentemente, a ciência passa a produzir aquilo que interessa ao mercado, e não à humanidade em geral, o progresso técnico e científico não é sempre um progresso moral. Pior, talvez, do que isso: a ausência desse progresso moral e tudo o que é feito a partir dessa ausência vai pesar fortemente sobre o modelo de construção histórica dominante no último quartel do século XX (SANTOS, 2000, p.32).

Sobre a atuação do mercado na economia, e de acordo com os postulados neoclássicos, os atores hegemônicos representados pelas transnacionais impuseram uma ideologia ao Estado afirmando que a superação dos desequilíbrios regionais não dependia de uma política regional específica; ficando implícito que, em um contexto no qual as forças de mercado atuassem livremente, os indivíduos seriam conduzidos por uma mão invisível- o mercado- a promover o bem-estar coletivo e, assim, poderiam contribuir para a convergência e um maior equilíbrio interregional. Ou seja, o crescimento econômico em uma determinada região seria apto a conduzir o crescimento a outros pontos do espaço.

Contrapondo a teoria da liberdade de atuação no mercado sem a interferência do Estado, Santos (2006, p.164) discorre que esta liberdade promove uma situação onde “os negócios governam mais que os governos e, com a globalização da tecnologia e da economia, os Estados aparecem como servos das corporações multinacionais”.

Portanto, as normas de mercado tendem a configurar as normas públicas, ou seja, o Estado sai da condição de garantidor de direitos e passa a priorizar poucos atores, relegando todo o resto: empresas menores, instituições menos estruturadas e pessoas, agravando o problema social.

A questão relevante, pois, é a natureza do Estado capitalista. Assim, sabemos que se trata de uma instituição que representa a lógica das relações de produção material de uma sociedade dividida em classes, onde uma classe social detém o poder econômico, e, por extensão, o poder político, sobre as demais (SANTOS, et.al, 2007, p.830).

Conforme Santos (2000, p. 33) a nova postura do Estado capitalista alega que “não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante.” Em outra parte da obra (p.9-10), o autor declara: “fala-se, igualmente, com insistência, na morte do Estado, mas o que estamos vendo é o seu fortalecimento para atender aos reclamos das finanças e de outros grandes interesses internacionais, em detrimento dos cuidados com as populações cuja vida se torna mais difícil”. Santos et. al. (2004) completam que nos objetivos do novo modelo de administração política<sup>1</sup>, o que se verifica é o período do comando da economia, período no qual o Estado deixa de ser o

---

1- A administração política é um novo campo do conhecimento, surgido em 1990, através das inquietações do professor Reginaldo Souza Santos. Esta área é responsável pela gestão das relações sociais de produção e distribuição em sua totalidade. Para esta nova metodologia crítica deve-se partir da noção que, para qualquer nível de renda (PQNR), deve-se adotar uma política de distribuição/ bem-estar coletivo. Depois desse procedimento, é verificado se a renda social, após ser distribuída de acordo com critérios socialmente aceitos, é suficiente para superar a materialidade e garantir certo nível de bem-estar, sendo necessário implantar uma política econômica de crescimento de modo a expandir a riqueza social para níveis humanitariamente requeridos (SANTOS; RIBEIRO; SANTOS, 2009).

principal capitalista a regular o capital e passa a ser parceiro dos agentes econômicos. Neste dilema, encontram-se as feiras livres, formas de comércio que aguardam ações do Estado para serem lembradas como parte integrante da economia urbana. As feiras livres são colocadas em segundo plano, e as grandes redes varejistas e atacadistas cooptam o Estado para servir a seus interesses.

Sob as normas que circundam o neoliberalismo, considerado como uma nova roupagem do capitalismo, prevalece o predomínio do desenvolvimento geográfico desigual. Segundo Harvey (2005), isto depende do quão favorável for o clima de negócios em cada lugar e da crescente mobilidade do capital consolidada através do meio técnico-científico-informacional, expressão utilizada por Milton Santos quando retrata este fenômeno. Diante desta racionalidade perversa e excludente, regiões ricas em recursos naturais, técnicas, incentivos e mão de obra barata são escolhidas em detrimento de outras.

Reforçando sobre a prática da escolha de pontos mais interessantes economicamente que outros, Santos (2003, p.174) discorre que o “crescimento aparece em pontos privilegiados do espaço, especialmente quando, devido à modernização, novas economias de escala limitam geograficamente o estabelecimento de novas atividades”. Na mesma obra (p.155), o autor afirma que “cada lugar, pelos modos de produção que abriga, torna-se assim, capaz de, num dado momento, atribuir taxas específicas de lucro a cada fração de capital e de remunerar diferentemente também os diversos segmentos de mão de obra empregada”. Com esta visão, o capitalismo pode promover um prejuízo sem precedentes se não reconhecer as complexas realidades contemporâneas e privilegiar a escolha de uns lugares em detrimento de outros.

A fluidez também perpassa pela divisão do trabalho. Ao se transformar em descartável, a força do trabalho vê-se impotente diante de um mercado que oferece apenas contratos de curto

prazo. Reforçando a lógica da globalização no mercado do trabalho, Santos (2000, p. 36) discorre que:

Hoje, ela obedece a cânones científicos – por isso a consideramos uma divisão do trabalho administrada – e é movida por um mecanismo que traz consigo a produção das dívidas sociais e a disseminação da pobreza numa escala global. Saímos de uma pobreza para entrar em outra. Deixa-se de ser pobre em um lugar para ser pobre em outro. Nas condições atuais, é uma pobreza quase sem remédio, trazida não apenas pela expansão do desemprego, como, também, pela redução do valor do trabalho.

Para Santos (2006), neste contexto, a influência do espaço é exercida de duas maneiras e escalas diferentes: a ocupação do solo pelas infraestruturas das técnicas modernas e, de outro lado, a execução de novos métodos de produção e existência que contrariam a racionalidade da globalização estes últimos representados pelas feiras livres.

A preocupação é implantar novas indústrias, criar empregos e elevar a renda da economia como um todo. Pela ótica neoclássica, o livre mercado tanto aumentaria a renda per capita como melhoraria a sua distribuição. Em muitos casos, as desigualdades aumentaram e deterioraram o nível de vida da população, principalmente nas áreas mais pobres. O movimento de unificação, próprio do capitalismo, acelera para alcançar o seu ápice, com a predominância de um único sistema técnico, base material da globalização. De acordo com Santos (2006), no pós-guerra com a emergência do período técnico-científico-informacional<sup>2</sup>, este sistema se torna comum a todas as civilizações e sistemas políticos.

---

2- Refere-se à especialização das tarefas no território, considerando-se todos os âmbitos de produção das relações de trabalho. Vale ressaltar que a produção, além de técnica, também é socioeconômica.

Ainda afirmando a preponderância do capitalismo, agora com o nome de globalização, movimento que provoca alterações na sociedade, em suas relações, processos, estruturas e na realidade dando-lhe novos significados, afirma que:

Este mundo globalizado de coisas, pessoas, ideias, realizações, possibilidades e ilusões vem provocando rupturas, fragmentações, contradições, desencontros em âmbito nacional e mundial, envolvendo relações, processos e estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais de grande alcance (CARVALHO, 2008, p.4).

Os desencontros e as contradições advindas da globalização se revelam em escala local. Este fato ocorre porque a globalização é caracterizada pelo desenvolvimento desigual dos espaços, o que os tornam hierarquicamente diferentes. Para Santos (1979), de um lado, encontram-se dispostos os espaços inteligentes, dotados de grande conteúdo e saber (instituições, empresas e pessoas), portanto aptos a “mandar”; e, de outro, espaços opacos ou irracionais, locais desprovidos desta capacidade e, assim, limitam-se ao simples “fazer”. Esta é a nova lógica trazida pela globalização.

Este período também chamado de pós-fordista, que tem como elementos a automação e a flexibilidade dos processos de trabalho e a busca incessante pela redução de custos traz como consequência o esfacelamento de grandes estruturas industriais e a consequente terceirização da mão de obra. Para Rolnik e Somekh (2003), do ponto de vista social, esses processos têm significado a redução de trabalhadores com direitos trabalhistas assegurados e o aumento da informalidade nas relações de trabalho do ambiente urbano.

Este contexto deu um rumo histórico que fez os autores marxistas reinterpretarem suas ideias em relação ao espaço que passa a ter outra conotação:

Estes fatos, universalmente reconhecidos por nossa época, são os seguintes: uma necessidade ampliada de acumulação do capital, acompanhada de sua concentração e da necessidade de uma circulação em escala mundial; o domínio da produção e do consumo por empresas multinacionais, e isto em escala internacional, pela mediação do monopólio, da pesquisa e da publicidade poderosa (SANTOS, 2003, p.159-160).

Quando as regiões em que as empresas multinacionais se instalam não mais promovem a circulação e acumulação do capital estrangeiro, estas são esquecidas e as empresas partem para outros pontos do espaço, podendo ser lugares distantes das metrópoles. Por isso, no espaço global as condições de trabalho são cada vez mais flexíveis.

Para Assis e Araujo (2009), este período, também chamado de modernização tecnológica, promove de um lado o aumento e concentração de riqueza e, de outro, uma redução dos empregos formais nos setores primário e secundário. Portanto, nas últimas décadas, o setor terciário ou de serviços tem se tornado a principal opção de refúgio para o crescente desemprego gerado na agropecuária e na indústria. Basta olhar como eram as feiras livres na década de 1970 e as de hoje que se nota a diferença: nas feiras livres atuais, percebe-se a comercialização de produtos tecnológicos e industrializados. Não se pode pensar em gestão e planejamento de eventos econômicos como as feiras livres sem levar em consideração os aspectos macroeconômicos e as dinâmicas regional e nacional.

Diferentemente dos países desenvolvidos em que houve uma passagem da população do setor primário para o secundário e, em seguida, para o terciário, Santos (2003) discorre que esta realidade trazida pela chamada modernização tecnológica acontece com veemência nos países subdesenvolvidos (meio urbano e rural) que, por questões históricas e estruturais, não prepararam sua mão de obra para atuar diante deste novo cenário econômico. Esta

modernização foi responsável pelo êxodo rural e pela urbanização terciária, expressa através da geração de emprego insuficiente nas indústrias modernas e na agricultura, porque é atrasada e também está se modernizando. Portanto, o mercado de trabalho está se esfacelando e um enorme percentual de pessoas não tem atividades, nem emprego, nem renda permanentes, e busca formas rudimentares e improvisadas para garantir sua sobrevivência. A feira livre de Cruz das Almas faz parte desta estatística.

## Os dois circuitos da economia urbana

No contexto da modernização tecnológica, passam a existir pessoas que, tendo as mesmas necessidades, apresentam diferentes poderes aquisitivos. Segundo Santos (1979), a economia urbana é dividida em dois circuitos: superior e inferior. A referida desigualdade de acesso ao consumo de bens e serviços é a causa e o efeito da existência, no interior do sistema urbano, destes subsistemas ou circuitos responsáveis pelo processo econômico (produção, distribuição e consumo) e pelo processo de organização do espaço.

Independente do nível de crescimento, inclusive em regiões mais ricas, toda cidade possui duas áreas de mercado, uma representada pela realidade nova e outra com gostos tradicionais que podem ser facilmente identificados, pois estes dois subsistemas econômicos atuam lado a lado. Além disso, Santos (2003, p.174) corrobora que o “crescimento econômico e o desenvolvimento do circuito inferior ocorrem de maneira paralela”; mas, infelizmente, este crescimento não é capaz de eliminar a pobreza e, por isso, é uma tendência natural o aumento do número de pessoas atuando neste circuito.

A evolução da economia moderna segue seu curso, exigindo cada dia mais qualificação de parte dos trabalhadores e baixando o coeficiente de emprego

por causa de uma tecnologia incessantemente renovada. A economia não moderna, o circuito inferior, recebe o grosso da mão de obra alimentada pelo fluxo migratório (SANTOS, 2003, p.92).

Tanto nos países desenvolvidos como nos países subdesenvolvidos ou periféricos, pode-se reconhecer a existência de um setor formal ao lado de um setor informal. De um lado, uma economia globalizada, produzida de cima, e de outro, um setor produzido de baixo, que nos países pobres é conhecido como setor popular e, nos países ricos, inclui os setores desprivilegiados da sociedade. Conforme Santos (2006), cada um deles é responsável por uma típica divisão de trabalho: o primeiro setor é rígido e suas normas são complexas graças ao seu conteúdo científico e tecnológico na busca incessante de precisão no processo produtivo; no segundo, o quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura. Então quais os reflexos dessa dinâmica no espaço urbano?

Santos (1979) propôs a teoria dos dois circuitos da economia, o circuito superior e o circuito inferior, que atendem às demandas de consumo de grupos sociais específicos, ou seja, é o resultado da acumulação capitalista que gera uma diferenciação hierárquica entre todos os centros de uma rede de distribuição. Para Santos (2003), as cidades não podem ser analisadas como uma atividade monolítica. O circuito superior refere-se ao conjunto de atividades realizadas com capital intensivo, resultado direto da modernização tecnológica, e a maior parte das relações ocorre fora da cidade, pois possui referência nacional e internacional. Nesta categoria enquadram-se os bancos, as indústrias, os serviços modernos, os atacadistas e os transportadores.

A modernização advinda da estrutura capitalista desorganiza as relações sociais e econômicas a partir do momento em que não consegue fornecer empregos suficientes, gerando pobreza.



Portanto, aqueles que não se enquadram nos “padrões” da nova ordem econômica encontram abrigo no circuito inferior da economia urbana e se tornam dependentes dos interesses e atividades do circuito superior.

Com a globalização, novos gostos são difundidos, mas estes devem conviver com os gostos tradicionais. “Neste contexto, a organização econômica é forçada a se adaptar tanto a novas realidades como a realidades herdadas, bem como à necessidade de modernização dinâmica” (SANTOS, 2003, p.126). Por isso, o processo econômico urbano e o processo de organização espacial criam nas cidades os dois circuitos que podem ser facilmente identificados no espaço urbano.

A competitividade, elemento inerente à globalização, busca destruir as solidariedades horizontais representadas pelo circuito inferior e impor a solidariedade vertical através do circuito superior que “se impõe, exclui qualquer debate local eficaz, já que as empresas hegemônicas têm apenas dois caminhos: permanecer para exercer plenamente seus objetivos individualistas ou retirar-se” (SANTOS, 2000, p.42). Esta nova realidade promove alterações no espaço urbano no que concerne à distribuição de bens e serviços.

Destarte, como a feira livre de Cruz das Almas pode ser vista sob a luz de alguns elementos da teoria das localidades centrais? Esta teoria formulada por Christaller, em 1933, e incorporada pela Geografia de 1960 a 1970, trata da organização espacial da distribuição de bens e serviços que, com a instalação da acumulação capitalista, adquirem um novo significado e, para Côrrea (2005, p.19), “geram uma diferenciação hierárquica entre todos os centros de uma rede de distribuição”, inclusive como *locus* da reprodução das classes sociais. Por isso, é a materialização do modo de produção capitalista. E, é neste aspecto que Corrêa (1997) dialoga com Santos (1979) porque, enquanto o primeiro discorre sobre a hierarquia das localidades e seus arranjos, o segundo destaca a existência nestas

localidades dos circuitos superior e inferior que servem como meios socioespaciais de classes distintas.

Nos países subdesenvolvidos, as redes de localidades centrais são caracterizadas por três modos de organização: a rede dendrítica de localidades centrais, os mercados periódicos e o desdobramento da rede em dois circuitos (CORRÊA, 2005). No que se refere ao objeto de estudo desta dissertação, a feira livre, abordar-se-ão questões sobre os mercados periódicos e os circuitos da economia.

A globalização altera significativamente todas as estruturas espaciais. O espaço vive um momento singular, no qual as interações do tipo local-local vão sendo substituídas gradativamente pelas relações do tipo local-global. Tudo gira em torno de ações que facilitam a circulação e a reprodução do capital. A fim de perceber qual a relação entre esse contexto macroeconômico e as feiras livres; Buscou-se entender como a gestão municipal administra a feira livre local, como a feira livre se insere no contexto urbano e regional e quais os planos para o gerenciamento desse mercado periódico.

O desdobramento da rede em dois circuitos se efetivou após a 2ª Guerra Mundial, momento em que a vida econômica dos países fora dividida em dois circuitos de produção, distribuição e consumo.

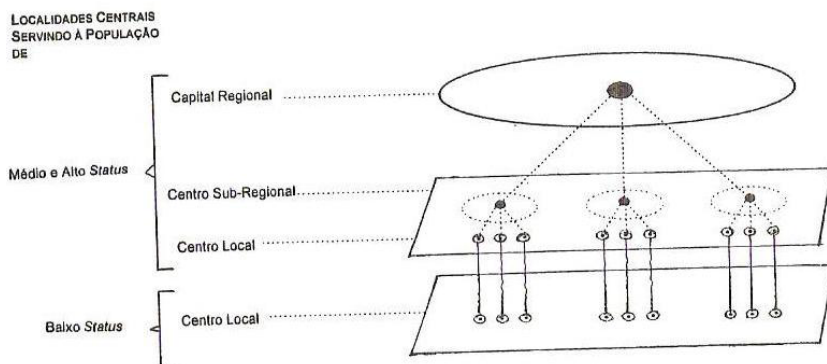
A existência de uma massa de pessoas com salários muito baixos ou vivendo de atividades ocasionais, ao lado de uma minoria com rendas muito elevadas, cria na sociedade urbana uma divisão entre aqueles que podem ter acesso de maneira permanente aos bens e serviços oferecidos e aqueles que, tendo as mesmas necessidades, não tem condições de satisfazê-las. Isso cria ao mesmo tempo diferenças quantitativas e qualitativas (CÔRREA, 2005, p. 73 apud SANTOS, 1979).

O circuito superior e o circuito inferior não podem ser vistos de forma dicotômica pelo fato de atenderem a demandas de classes

sociais e arranjos socioespaciais distintos, pois se verifica que estes subsistemas são conectados e atendem às necessidades da classe média. E também porque eles interagem e se complementam no que se refere ao intercâmbio de insumos entre os dois circuitos em longo prazo, prevalecendo a dependência do inferior ao superior.

Ao fazer um comparativo dos circuitos da economia com alguns elementos da teoria das centralidades utilizou-se como análise o comportamento dos consumidores no status socioeconômico ilustrando as populações de médio, alto e baixo status, correlacionando com a capital regional, com o centro sub-regional e o centro local:

**Figura 3-** Status Socioeconômico e centralidade: o comportamento dos consumidores



**Fonte:** Côrrea (2005, p. 81)

Para melhor compreensão da figura 3, Côrrea (2005, p.81) discorre que:

No (plano) superior está o conjunto hierarquizado de localidades centrais: uma capital regional, 3

capitais sub-regionais e 9 centros locais, cada um atuando como tal. Este conjunto de centros serve à população de médio e alto status sócio-econômico. No plano inferior está o conjunto de nove centros, todos atuando como centros locais e servindo à população de baixo status sócio-econômico. Em outras palavras, o modelo mostra que a capital regional atua, também, como capital sub-regional e centro local para a população de médio e alto status, mas atua somente como centro local para a população de baixo status sócio-econômico.

Portanto, este estudo socioeconômico sobre o comportamento dos consumidores demonstra a importância do circuito inferior para os consumidores localizados nos centros locais que, por questões financeiras, tornam-se impossibilitados de se deslocarem para a capital regional para adquirirem todos os produtos que satisfaçam suas mais diversas necessidades. No que se refere aos produtos alimentícios básicos, os consumidores de médio e alto status têm este mesmo hábito, fazendo suas compras no centro local. Mas, ao se tratar de outros itens, estes consumidores por terem melhores ganhos financeiros, deslocam-se para a capital para adquiri-los. Assim sendo, como esta realidade se expressa perante os consumidores dos dois circuitos da economia urbana na cidade de Cruz das Almas?

Com o surgimento da internet, na década de 1990, a importância do circuito inferior passa a ser minorada inclusive para os consumidores de baixa renda. Isto porque a opção de fazerem compras *on-line* sem se deslocarem de sua cidade a um custo igual ou inferior, é uma realidade que tende a crescer em todas as cidades.

O circuito inferior consiste de atividades em pequenas escalas que são praticadas pela parcela da população que não tem acesso às atividades econômicas do circuito superior. Por falta de “qualificação profissional”, expressão praticada pelo capitalismo, haja vista que

possuem uma organização primitiva. Referem-se às atividades da economia informal praticadas por ambulantes, carregadores e pequenos comércios, os denominados pobres. Para Santos (2006), contrariamente ao circuito superior, o inferior é bem sedimentado e goza de relações privilegiadas com sua região. Posto que cada circuito forma um sistema, isto é, um subsistema do sistema urbano.

Os fluxos de circulação mais concentrados correspondem às artérias mais comerciais, o que se relaciona com o fenômeno que faz do centro das cidades um lugar de reunião para quase todas as categorias da sociedade urbana. A importância dos serviços do circuito inferior aumenta com o tamanho da cidade. Nas pequenas cidades, substituem os serviços modernos; e, nas grandes, apesar da existência dos serviços modernos, existem para atender à demanda da vasta população pobre.

Há uma variedade infinita de ofícios, uma multiplicidade de combinações em movimento permanente, dotadas de grande capacidade de adaptação e sustentadas no seu próprio meio geográfico, este sendo tornado como uma forma-conteúdo, um híbrido de materialidade e relações sociais (SANTOS, 2006, p.220).

O circuito inferior ocupa um papel regulador entre a economia moderna e as massas empobrecidas que emprega. Um declínio da distância tecnológica do circuito superior para o inferior promoveria um aumento de produtividade, já que a população seria menos pobre e poderia chegar mais perto do circuito superior (SANTOS, 2003). Neste ínterim, como as políticas públicas poderiam proporcionar melhorias ao circuito inferior? Será que, os feirantes que ocupavam este circuito poderiam ser chamados de baixa renda? Na pesquisa empírica, observou-se que a feira de Cruz das Almas era formada por lavradores feirantes e por feirantes e os dados sobre o perfil do feirante, inclusive a sua renda serão discutidos no capítulo 3.

Mesmo diante do capitalismo perverso que privilegia o circuito superior em detrimento do inferior, dados comprovam a importância do circuito inferior como agente de transformação local e regional. Como se pode fazer a leitura deste circuito na atualidade? O que diferencia a feira livre de Cruz das Almas do ano de 2011 daquela feira livre da década de 1970, período em que Milton Santos difundiu a teoria dos dois circuitos da economia?

Como as atividades do circuito superior são responsáveis pela macro organização do espaço que tem como foco as atividades comerciais de âmbito global, tornaram-se um subsistema que é constantemente pesquisado e, assim considerado como o conjunto da economia como um todo. E como a organização em nível local se divide em circuito superior e inferior, a economia urbana é analisada parcialmente o que dificulta a existência de uma verdadeira teoria do espaço e da economia urbana. Portanto, torna-se necessária “uma definição das características específicas da organização espacial nos países subdesenvolvidos” (SANTOS, 2003, p. 170).

O circuito inferior adquire importância no espaço urbano quando, por questões financeiras, as pessoas impossibilitadas de viajar acabam tendo de adquirir produtos no mercado local, bem como outras atividades a que não têm acesso regular no circuito superior. Com o aumento do tamanho das cidades, este número de consumidores cresce e o comércio não moderno começa a ter visibilidade. Além disso, nas pequenas cidades, ele substitui os serviços modernos.

Portanto, o circuito inferior ocupa parcelas significativas do espaço geográfico situadas, sobretudo, nas cidades (especialmente nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos), e escapam aos rigores das normas rígidas. Como, então, analisar a feira livre de Cruz das Almas a partir da teoria dos dois circuitos da economia? Como entender a dinâmica deste mercado periódico a partir da atualização de questões apontadas por Milton Santos na teoria dos dois circuitos da economia? Esta leitura dos dois circuitos foi

desenvolvida por Milton Santos nos anos 1970 e será confrontada com a realidade da feira livre de Cruz das Almas.

**Quadro 3-** Características dos dois circuitos da economia urbana

	<b>Circuito Superior</b>	<b>Circuito Inferior</b>
Tecnologia	Uso intensivo de capital	Uso intensivo de mão de obra
Organização	Burocrático	Primitiva, não estruturada
Capital	Importante	Não tem acesso ao crédito
Mão-de-obra/emprego	Limitada	Abundante e desqualificada
Salários regulares/assalariados	Prevalentes	Não requeridos
Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequenas quantidades/Baixa qualidade
Preços	Fixos (em geral)	Negociáveis entre comprador e vendedor (regateio)
Crédito	Bancário, institucional	Pessoal, não institucional
Margem de lucro	Pequena por unidade, mas importante, dado o volume de negócios (exceto itens de luxo)	Grande por unidade, mas pequena em relação ao volume dos negócios
Relação com freguês/cliente	Impessoal e/ou por escrito	Direta, personalizada
Custos fixos	Importantes	Negligenciáveis
Propaganda	Necessária	Nenhuma, o mercado é amplo e indiferenciado.
Reutilização de mercadorias	Nenhuma (desperdício)	Frequente
Capital de reserva	Essencial	Não essencial
Ajuda governamental	Importante	Nenhuma ou quase nenhuma
Dependência direta de países estrangeiros	Grande; orientação para exterior	Pequena ou nenhuma

**Fonte:** Adaptado de Santos (1979, p.44) e Santos (2003, p.127).

A feira livre pode ser considerada como circuito inferior? Por quê? Com o avanço tecnológico, o acesso à informação é uma realidade em todos os âmbitos da sociedade, até mesmo na feira livre, que passou a agregar comércios formais fato que torna a feira uma multiplicidade de atividades econômicas.

Os países detentores do capital trazem consigo a chamada inovação como mais uma forma de instalar sua dominação nos países em desenvolvimento, consumando a relação de dependência deste em relação aos outros. Para Rogers; Shoemaker (1971, p.30 apud SANTOS, 2003), “uma inovação é um ideia, uma prática ou um objeto percebidos como novos pelo indivíduo”. Por outro lado, Mabogunje (1973, p. 68, apud SANTOS, 2003) define modernização como “a transmissão, a partir do mais desenvolvido industrialmente para o menos desenvolvido, da imagem do próprio futuro deste último”. Sendo assim, a difusão da inovação se aproxima da modernização.

A realidade nos mostra que a arbitrariedade da atuação das empresas aumentou ainda mais as desigualdades nas economias dos países subdesenvolvidos. Para Friedmam et. al (1970, p. 14 apud SANTOS, 2003), o crescimento econômico de uma região é limitado e deve conter seis características:

- (1) Introdução de métodos novos na produção de produtos tradicionais que devem encontrar novos mercados;
- (2) busca de uma produção de serviços e de bens novos ou melhorados;
- (3) o estabelecimento de novos tipos de organização de produção e a melhoria de infra-estruturas locais;
- (4) a criação de instituições locais de poupança e crédito;
- (5) o desenvolvimento dos recursos humanos e dos recursos naturais com o melhoramento das vantagens locais destes últimos;
- e (6) a melhora das informações e conhecimentos úteis para o planejamento e a produção, através, por exemplo, das universidades, das empresas de consultoria e das telecomunicações.



Estas especificidades que garantem o crescimento econômico só conseguem atingir a economia moderna, e fazem emergir de forma aguçada outro subsistema econômico considerado como inexistente para a teoria espacial, o circuito inferior. Neste cenário, aumentaram os excluídos que enriquecem a diversidade socioespacial, dando às cidades outras formas de trabalho e de vida. Confirma-se, assim, a interação destas pessoas do circuito inferior mostrando que estes atores sociais que estão fora da racionalidade hegemônica buscam outras formas alternativas de subsistência.

## **Dinâmica, gestão e planejamento**

No tópico anterior, procurou-se entender a feira livre à luz das principais correntes do pensamento econômico e da organização espacial, com destaque para a teoria dos dois circuitos da economia urbana. Agora, busca-se compreender a dinâmica, a gestão e o planejamento municipal a partir de um estudo de caso da feira livre de Cruz das Almas, com foco no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU).

A feira livre encontra-se instalada em espaços públicos. Por isso, para estudar com profundidade a dinâmica deste mercado, faz-se necessário investigar questões relacionadas à gestão e planejamento municipal. No caso específico de Cruz das Almas, em 2011, ano da referida pesquisa, a feira livre era gerida pela Secretaria de Serviços Públicos, que tinha como representante o diretor da feira, pela Secretaria de Infraestrutura e pela Superintendência de Trânsito: estas duas secretarias disponibilizavam funcionários do setor operacional que auxiliavam o diretor da feira.

## A Feira livre no PDDU<sup>3</sup>

Nos anos 1960, considerava-se desenvolvimento urbano como “modernização” em sua forma mais primária, sem nenhuma preocupação com questões ambientais e sociais. Atualmente, a visão é outra: o desenvolvimento urbano deve partir não somente do crescimento econômico, medido através do aumento da produção de bens e o progresso tecnológico, ou seja, apenas pela mensuração desse desenvolvimento sob a ótica de métodos quantitativos. A modernização tecnológica, para Souza (2007), não necessariamente produz a redistribuição de renda, por isso, este desenvolvimento deve reconhecer avanços no sistema político, nos valores e padrões culturais que resultarão em nível de bem estar e justiça social. Doravante, as cidades são compostas de espaços que não são formados por dimensões meramente econômicas, mas também por fatores políticos e culturais.

Entretanto, para uma cidade cujas raízes são viciadas, torna-se complexo promover o desenvolvimento urbano.

[...] uma cidade onde as estruturas de poder, os canais de distribuição de riqueza etc, se mostram viciados e apresentando um nítido viés excludente e de grande injustiça social, e onde a qualidade de vida já se acha ameaçada desde sempre devido à ação desenfreada de grupos de interesse que atentam contra o patrimônio natural ou arquitetônico, pressões quantitativas- mais demandas por moradias, por infra-estrutura, por empregos [...] (SOUZA, 2007, p. 105).

Estas pressões causam diversos problemas de ordem econômica e social, como a pobreza, uma violência urbana sem

---

3- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU. A nomenclatura PDDU foi utilizada porque consta do documento institucional da Prefeitura Municipal de Cruz das Almas. Como o termo desenvolvimento é questionável, alguns autores utilizam a sigla PDU (Plano Diretor Urbano).

precedentes e a conversão para os pobres do solo urbano em um meio de produção precário. Por isso, a pressão da população por reformas urbanas começou a ser abordada desde os anos 1950. Com o golpe militar de 1964, estes movimentos de reforma foram esquecidos e o que passou a vigorar foi centralização em direção ao poder Executivo federal que inibia as possibilidades de autonomia dos municípios, inclusive no trato de questões urbanas. Em 1970, impulsionados pela Igreja Católica, os movimentos sociais, principalmente de reforma urbana, começaram a tomar força.

Somente em 1985, com a entrada do regime democrático, a sociedade civil, através da pressão dos movimentos sociais, enviou ao congresso uma emenda com milhares de assinaturas sobre a reforma urbana de caráter consultivo, haja vista que o Brasil se apresentava mais urbanizado e complexo comparado com os problemas urbanos detectados na criação dos movimentos. Em 1987, foi constituído o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Em 1988, período que coincide com a autonomia municipal e com a aprovação da Constituição foram incluídos dois artigos no capítulo de política urbana dos municípios, os Artigos 182 e 183. Ao se referir às feiras livres somente nos interessa o primeiro artigo, documento que discorre sobre a obrigatoriedade de um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) para cidades com população acima de vinte mil habitantes ou inferior, desde que sejam áreas de especial interesse turístico e de potencial impacto ambiental.

As proposições sobre PDDU não foram suficientes para abordar as questões urbanas, haja vista a inexistência de uma lei que regulamentasse o plano. O que faltava era a inclusão de uma legislação capaz de demonstrar os instrumentos suficientes para promover efetivamente a reforma urbana. Em 1989, Bassul (2002) discorre que ganhou destaque o projeto de lei do Senado Nº 181, denominado de Estatuto da Cidade, de autoria do senador Pompeu de Sousa. Após doze anos de tramitação, a Lei 10.257 foi aprovada por unanimidade

em 10 de julho de 2001, e especificava as competências do município em relação a sua política urbana e a participação cidadã na gestão da cidade. Além disso, estabeleceu o prazo de até outubro de 2006 para que todos os municípios com população acima de 20 mil habitantes elaborassem o plano diretor. De acordo com a Constituição nos artigos 182 e 183, o Estatuto da Cidade prevê:

Art. 1º. Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei. Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental [...] Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade [...]

Das diretrizes dispostas no parágrafo único da lei, esta dissertação irá discorrer sobre a gestão democrática através da participação popular (inciso II); do planejamento e do desenvolvimento das cidades, bem como da distribuição espacial das atividades econômicas do município (inciso IV); da adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais (inciso X). Todos estes itens serão analisados sob a ótica da feira livre de Cruz das Almas.

O inciso X do artigo 2º citado acima trata da “adequação dos instrumentos de política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano, de modo a privilegiar os investimentos geradores de bem-estar geral e a fruição dos bens pelos diferentes segmentos sociais.” Este escopo somente será garantido através do capítulo IV do Estatuto

quando se corrobora a necessidade da elaboração de uma Gestão Democrática Municipal, com efetiva participação popular nas decisões sobre dotação e execução orçamentária (SANTIN; FREITAS, s/d). Não basta a participação cidadã como mera expectadora da elaboração de políticas públicas, mas também como atuante na sua execução e avaliação no processo de gestão da coisa pública. Para isso ser concretizado, o Poder Público deve instigar a participação popular através da publicização e conscientização da importância da atuação para o desenvolvimento da cidade.

No capítulo II, seção I, artigo 4º dos Instrumentos da Política Urbana cabe ao planejamento dos municípios a utilização do Plano Diretor, da disciplina de parcelamento, do uso e da ocupação do solo; zoneamento ambiental; plano plurianual; diretrizes orçamentárias e orçamento anual; gestão orçamentária participativa; planos, programas e projetos setoriais e planos de desenvolvimento econômico e social (MENEZES ;JANNUZZI, 2005).

No capítulo III, os artigos 39 e 40 outorgam como lei a obrigatoriedade da existência do plano diretor para municípios com população acima de 20 mil habitantes. Deve ter sua aprovação por lei municipal e tratar do ordenamento, desenvolvimento e expansão urbana, atendendo às necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas. Este último será também o escopo deste trabalho dissertativo no que concerne às atividades comerciais da feira livre da Praça do Lavrador de Cruz das Almas.

Nas alíneas do artigo 40 vale ressaltar a obrigatoriedade por parte do executivo e legislativo na abertura de audiências públicas e debates com a sociedade civil e/ou associações que a representem, tanto na elaboração como na fiscalização das políticas públicas descritas no plano diretor e tornar públicos os documentos ora produzidos por este plano. No artigo 42, inciso III, encerra afirmando que o plano diretor deve ter sistema de acompanhamento e controle.

O Ministério das Cidades foi instituído em 1º de janeiro de 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como resultado da reivindicação dos movimentos sociais de luta pela reforma urbana. Para termos uma ideia da importância deste ministério para os municípios brasileiros, basta dizer que há menos de um século, 10% da população nacional ocupavam as cidades e, atualmente, representa 82% da população, uma urbanização desordenada e carente de gestão e planejamento municipal. Este ministério criou a Secretaria Nacional dos Programas Urbanos que promoveu um aumento da escala de construção dos Planos Diretores em todo o Brasil. Para diferenciá-lo dos planos diretores de 1970 e 1980, foram denominados de Plano Diretor Participativo (BRASIL, 2010). A criação deste órgão foi um grande passo para o direcionamento de ações que promovessem melhorias na infraestrutura urbana, e neste contexto, encontra-se a feira livre de Cruz das Almas.

Em 2003, junto com a criação do Ministério, instituiu-se o Conselho das Cidades, que até 2010 já promoveu quatro Conferências Nacionais. A última foi a 4ª Conferência Nacional das Cidades, que ocorreu de 19 a 23 de junho de 2010, em Brasília, com o lema “CIDADE PARA TODOS E TODAS COM GESTÃO DEMOCRÁTICA, PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL”. Evento criado com o intuito de discutir cada vez mais a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU). Nesta conferência, o Conselho das Cidades apontou quatro eixos temáticos que foram a base da pauta.

Criação e implementação de conselhos das cidades, planos, fundos e seus conselhos gestores nos níveis federal, estadual, municipal e no Distrito Federal, Aplicação do Estatuto da Cidade, dos planos diretores e a efetivação da função social da propriedade do solo urbano. A integração da política urbana no território: política fundiária, mobilidade e acessibilidade urbana, habitação e saneamento e Relação

entre os programas governamentais - como PAC e Minha Casa, Minha Vida - e a política de desenvolvimento urbano (BRASIL, 2010).

Como as demandas da política urbana como um todo são complexas e dinâmicas, os debates também o são, e envolveram as esferas federal, estadual e municipal. De acordo com a assessoria de comunicação do Ministério, o evento contou com mais de três mil participantes e destacou como marco político a assinatura do Decreto 7.217/2010, que regulamenta a Lei do Saneamento (11.445/07) e a aprovação em plenária de propostas ao combate do déficit habitacional, em especial para as famílias que recebem até R\$ 1.395,00.

Qual a relação, então, entre gestão e planejamento urbano e a feira livre? Como a feira livre se insere no espaço urbano e público? Sendo gerida pelo governo municipal, sua administração efetiva perpassa pelo atendimento de diversas demandas que fazem parte da dinâmica urbana.

Antes de adentrar ao PDDU, aqui é feita, inicialmente, uma breve conceituação e análise sobre política pública. Como área do conhecimento, surgiu nos EUA, nascendo no interior da ciência política como um ramo capaz de orientar os governos nas decisões, e busca entender como e por que os governos escolhem determinadas ações (SOUZA, 2006). É um termo complexo, principalmente nos países em desenvolvimento econômico que devem promover a inclusão social de grande parte de sua população, mesmo diante de interesses e atores sociais diversos.

São diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediação entre atores da sociedade e do Estado. São nesses casos, de políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos [...], que orientam ações que

normalmente envolvem aplicações de recursos públicos [...] Devem ser consideradas também as " não- ações", as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos (TEIXEIRA, 2002, p.2).

Então, as políticas públicas podem ser ações ou não ações que norteiam as relações entre o poder público e a sociedade, por isso, devem ser analisadas com olhar crítico tanto pelos governantes, como principalmente pela sociedade para não desvirtuar seu maior objetivo: ações e projetos em prol dos cidadãos, em especial àqueles que não têm acesso a condições de vida digna. Isto não quer dizer que se colocará uma "venda nos olhos" para ocultar uma realidade, posto que, segundo Easton (1965 apud SOUZA, 2006), as políticas públicas devem ser analisadas como um processo que recebe *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesses, e tem seus efeitos e resultados influenciados por estes.

Para Lahera (2006 apud CAVALCANTI, 2007, p. 18), "las políticas públicas corresponden a soluciones específicas de como manejar los asuntos públicos". Isto não quer dizer que, por terem o nome "público", apenas as instituições públicas poderão implementá-las; também podem ser exercitadas por atores do setor público, atores de setores privados ou ainda por atores de organizações não governamentais. A política pública é o que o governo pretende fazer ou não.

Apesar de termos exposto o conceito de políticas públicas, o mais importante é a sua finalidade, e, de acordo Santos (2010), perpassa pela relação do mercado com o Estado. O primeiro, de caráter capitalista, responsável por produzir e distribuir renda de forma individualizada e egoística. Como principalmente o ato de distribuir é desigual, a sociedade insatisfeita invoca a participação do Estado que passa a ser responsável por uma parcela ponderável



da produção social e tem o desafio de eliminar esta insatisfação manifestada pelos mais necessitados através de políticas públicas específicas para esta parcela excluída da sociedade.

Até a Constituição de 1988, o Estado deixa de ser o único ator social responsável pela formulação de políticas públicas. Para Tenório (2010, p.163 apud SANTOS et.al, 2010) a carta magna cidadã deu outro rumo ao criar novas regras do jogo democrático, isto é, permitem/ proporcionam aos cidadãos a elaboração, execução e, principalmente, o controle sobre as políticas públicas que de alguma maneira afetam suas vidas.

Em se tratando da feira de Cruz das Almas a leitura da política pública, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) foi reformulado em 2007, e descreve como demanda a revitalização do mercado municipal. Mas, na pesquisa aplicada em 2011, segundo depoimentos de alguns feirantes, não houve participação na elaboração deste projeto. Por que isso aconteceu? Para Souza (2007), aponta-se por parte da gestão municipal a falta de um planejamento urbano de caráter mais técnico, a carência de profissionais éticos e preparados para abraçarem uma perspectiva de um autêntico desenvolvimento urbano e, ainda, a convivência com um aparelho administrativo repleto de injunções políticas e interesses econômicos. Cabe afirmar ainda que a gestão não deve partir de apelos a governantes individualmente, mas entender as instituições e os papéis sociais que precisam sofrer mudanças de ordem econômica e político-ideológica.

Para melhor compreensão das questões de ordem política sobre a feira livre na leitura do PDDU do município de Cruz das Almas, far-se-á uma retrospectiva histórica sobre a atuação do município enquanto ente federativo e sua autonomia.

Os municípios brasileiros, desde 1824 até 1988, passaram por um processo de readaptação política, administrativa e econômica de suas

instituições. A posição atual dos municípios é bem diversa da que ocuparam nos arranjos constitucionais anteriores. Comparado com o do período de 1946 a 1964, a autonomia municipal no atual regime democrático passou a ser exercida de direito e de fato nas administrações locais. Antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, o Brasil era constituído pela união dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios. Os municípios não eram qualificados como membros da Federação. A Carta Magna de 1988 representou um marco no processo de descentralização política no Brasil, ao reconhecer os municípios como entes da Federação e ao lhes atribuir maiores competências. No primeiro artigo da atual Constituição Federal pode-se observar o desejo dos constituintes com relação à formação da nação brasileira: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito (...)” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, art. 1) (FELISBINO, 2010, p.1).

Para reafirmar ainda mais a autonomia dos municípios, a Carta Magna de 1988, em seu artigo 30, inciso I, explicita o direito de legislar sobre questões locais, através da chamada Lei Orgânica, o que tornou os municípios distinto dos demais entes da federação brasileira. Para Aguiar (1995, p.41 apud GUEDES, 2003), “a autonomia municipal é o direito que o município possui de auto-organizar-se politicamente, através de lei própria de interesse local e de auto-administrar-se, gerindo seus negócios baseados na constituição e suas restrições”.

Segundo Carlos e Lemos (2003), na maior parte da história do país, o ente municipal sempre teve um papel de subordinação em relação às esferas estadual e federal. A dependência político-administrativa, principalmente através de práticas clientelistas e o incentivo de negociações via canais não institucionais, torna o

município limitado enquanto unidade de governo, mesmo que em alguns momentos convivessem com lideranças locais fortes.

A Constituição de 1967 e, em seguida, a Emenda Constitucional de 1969, impunha aos municípios seguir as normas definidas pelo poder central - União e Estados, ou seja, não lhes eram outorgados a criação de políticas públicas locais e sua liberdade de atuação era extremamente limitada. Segundo Carlos e Lemos (2003), o discurso estatal pregava a centralização como o caminho para o desenvolvimento nacional e os mecanismos automáticos de repasse de verbas que deveriam ser capazes de combater o clientelismo, mas como as demandas das cidades eram enormes, estes recursos foram insuficientes.

Portanto, no quadro da crise do sistema capitalista liderado pelos países hegemônicos que vincularam a origem da mesma, o Estado segundo Santos et. al (2004), passou a “assumir apenas funções clássicas (mínimas) e, em muitos casos, até passariam por uma profunda revisão e/ou redução”, as quais trouxeram como consequência a incapacidade gerencial e, por conseguinte, pressões políticas em favor da descentralização. Este contexto fez com que, a partir da Constituição Federal, o Estado, pressionado por inúmeras pressões políticas em favor da descentralização, deliberasse aos governos municipais autonomia para a resolução de problemas de ordem local.

Localizado na sede da comunidade, ao alcance da voz, do ouvido e da vista dos Municípios, o Governo Municipal é, ipso facto, mais acessível às sugestões, críticas e influências do povo. O Governo Municipal é, por assim dizer, um governo de vizinhos e, como tal, suscetível de fiscalização direta e ininterrupta. Esta contigüidade, esta relação de vizinhança, representa o mais forte argumento em favor da tese que confere ao Município competência privativa, ou pelo menos preferencial, para administrar os serviços públicos de primeira necessidade (SILVA 1995, p. 29).

Como materialização de sua autonomia, os municípios passaram a ter um aumento em suas receitas fiscais, “em 1980 era de 9,5%, aumentou para 16,9% em 1992[...] A receita tributária disponível (já contabilizando as transferências) dos municípios passou de 2,5% em 1980 para 4,1% do PIB em 1990” (MELO, 2000 apud ROLNIK;SOMEKH, 2003, p.94). Assim, a partir de 88, os municípios passaram a ter mais liberdade, mesmo que de forma tímida, principalmente de caráter financeira, para elaborar e implementar políticas públicas coerentes que atendessem às demandas locais.

Mesmo diante das mudanças quanto ao papel dos municípios quanto às questões urbanas, os desafios para a resolução dos problemas dos municípios são enormes, principalmente pela precarização das relações de trabalho advindas da globalização. Esta nova ordem nas relações de trabalho contribuiu enormemente para o aumento da informalidade e promoveram a má utilização dos espaços públicos, principalmente os espaços para comercialização, mais especificamente a feira livre de Cruz das Almas, objeto de estudo desta dissertação.

O sistema econômico vigente cria o excedente, ou seja, o lucro das operações realizadas, o qual deve extrair do sistema a taxa máxima de excedente e, pela lógica capitalista não pode ser redistribuído. E quando se fala de capitalismo, referimo-nos à organização econômica que está por trás do sistema político que alimenta este processo promovendo uma desigualdade social sem precedentes. Por isso, este trabalho foca a feira livre de Cruz das Almas, na perspectiva do circuito inferior da economia urbana, discorrendo sobre os conceitos de gestão e planejamento municipal.

O plano diretor urbano é uma lei municipal que explicita as políticas públicas sobre a problemática urbana e todas as ações em âmbito municipal nas questões de planejamento urbano, direito de propriedade, uso do solo urbano e saneamento básico, sob a ótica da coletividade e de acordo com a realidade dos munícipes. Por outro lado, o plano diretor urbano pode assumir outra função além da técnica:

No lugar de uma peça técnica que circula apenas entre especialistas, o Plano Diretor emergia como uma peça política, que deve ser democraticamente construída com a participação dos segmentos sociais que efetivamente constroem as cidades, incluindo sobretudo os setores populares – movimentos de luta por moradia, associações de bairros, entre outros –, tradicionalmente aliados dos processos de construção da política urbana. No caso de não promoverem planos a partir de processos participativos, os gestores públicos e até o poder Legislativo são passíveis de responder por improbidade administrativa (CYMBALISTA; SANTORO, 2009, p. 6).

Ao verificar este fato na feira livre de Cruz das Almas, percebeu-se que não houve participação dos feirantes na votação do projeto de revitalização do mercado, descrito no PDDU, no quesito modelagem estrutural. O PDDU definido em 2003, novamente e infelizmente abordou questões técnicas, legais e políticas muito mais que o contexto social, ou seja, pensou-se em reforma urbana de “cima para baixo.” Sobre esta reforma, Coelho (1990 apud SOUZA, 2007) alerta sobre a armadilha dos PDDU’s que podem ser a tecnificação de uma proposta puramente política.

Retomando o parágrafo único da lei do PDDU que discorre sobre a gestão democrática através da participação popular (inciso II), percebe-se no caso de Cruz das Almas que a criação do espaço público onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade civil ainda é muito tímida. Basta dizer que, na visita às 18 associações do município para o levantamento de demandas, em nenhum momento a gestão convocou a Associação dos Barraqueiros e Feirantes de Cruz das Almas (ABAFACA) para participar com sugestões sobre a feira livre.

No Brasil, já existem experiências positivas na promoção da justiça social com participação popular, como por exemplo, a

experiência vivenciada a partir de 1989 na cidade de Porto Alegre através do orçamento participativo. Sendo assim, como a análise sobre gestão e planejamento municipal pode ser dimensionada analiticamente para o entendimento das feiras livres? E como essas questões podem ser analisadas para o entendimento da feira livre de Cruz das Almas?

Este capítulo fez uma alusão à política pública expressa através do PDDU na feira livre de Cruz das Almas. No próximo, discorre-se sobre a caracterização da feira livre de Cruz das Almas e o perfil dos feirantes nos âmbitos histórico, econômico e social

# FEIRA LIVRE DE CRUZ DAS ALMAS

Este capítulo tem como finalidade identificar o processo de formação, a dinâmica espacial e a localização da feira livre de Cruz das Almas a partir de uma análise das questões estruturais deste circuito inferior da economia urbana. E para tornar a apreciação desta temática mais consistente, far-se-á um retrato do perfil dos feirantes que compõem a feira livre em toda sua extensão no ano de 2011.

## O processo de formação e localização

Segundo alguns relatos trazidos pelo IBGE (2007), a tradição local, relata que, existia em uma encruzilhada localizada na antiga estrada de tropas que se dirigia para São Felix um grande cruzeiro aos pés do qual eram feitas à noite, orações pelos viajantes que passavam por ali. Essa alusão topográfica sempre repetida gerou o nome da cidade e do município.

Portanto, a origem da cidade de Cruz das Almas não se restringiu à simples fixação da cruz de madeira no centro do pequeno povoado, mas também com os fluxos promovidos pelos tropeiros e outros tipos de comerciantes que, precariamente, começaram a formar uma pequena comunidade, vila e, finalmente, a cidade de Cruz das Almas. Antigamente, o fluxo de mercadorias acontecia via portos que ligavam o Recôncavo e o Sertão à capital. E, para Aguiar (2007, p. 35), estes “portos adquiriram dinamismo, e por possuírem várias vantagens de localização, costumavam reunir pessoas de várias localidades para compra, venda e troca de mercadorias e bois”. Sendo assim, percebe-se que o surgimento da feira livre relaciona-se à fundação da cidade.

Por se constituírem como atividades geradoras de renda, as feiras livres são importantes para a manutenção de famílias e para a proliferação de outros comércios que, principalmente, nos dias de feira<sup>1</sup>, ganham amplitude de interações sociais, políticas, culturais e econômicas. São consideradas também como um lugar onde ocorrem inúmeras atividades paralelas, movimento intenso de pessoas, de conversas, de encontros, de manifestações populares, enfim, um local de contínuas interações sociais e um espaço utilizado para comercialização e conseqüente sobrevivência de toda uma população. Portanto, a relevância das feiras livres para a economia formal e informal da cidade de Cruz das Almas e outras cidades circunvizinhas<sup>2</sup> despertou o interesse em evidenciar qual a perspectiva da gestão e o planejamento municipal em relação à feira livre de Cruz das Almas.

Já os mercados periódicos constituem-se de núcleos de povoamento que se reúnem uma, duas ou três vezes por semana, promovendo um intenso movimento comercial. Estes surgiram a partir de comerciantes de fora que, ao comercializarem em diversos mercados, despertou na população local a criação de mercados locais e também externos.

Em Cruz das Almas, o mercado periódico acontece com a feira de cereais, na qual os produtores locais e os de cidades circunvizinhas se reúnem às quartas-feiras; os lavradores que comercializam frutas e verduras e os feirantes de confecções ocupam os espaços da feira nas sextas-feiras. Apesar disso, a feira livre só acontece aos sábados e neste dia, o fluxo de pessoas é intenso: além de comércios de todos os tipos, são ofertados serviços como bancos, atividades religiosas e serviços médicos.

---

1- A feira livre de Cruz das Almas acontece aos sábados.

2-As cidades são: São Felipe, Muritiba, Conceição do Almeida, Castro Alves, Governador Mangabeira, Cachoeira, São Félix, Cabaceiras do Paraguaçu e Sapeçu.



Para Jesus (1991, p. 12), feira livre é “uma reunião periódica de mercadores que expõem em estruturas versáteis suas mercadorias, utilizando-se para isto a via pública”. É um conceito complexo, porque mesmo em situações precárias, seja em barracas ou no chão, a feira livre de Cruz das Almas sofre influências da globalização promovendo a comercialização de produtos do circuito superior.

A feira livre de Cruz das Almas apresenta uma localização privilegiada, encontra-se disposta no centro da cidade, na Praça do Lavrador, abrangendo as ruas Artur Silveira, Floriano Mendonça e Praça Senador Temístocles.

**Figura 4** – Espaço urbano de Cruz das Almas- localização da feira livre (1999).



**Fonte:** Santos e Aguiar (2007, p.7).

De acordo com a pesquisa realizada em 2006 pelo Projeto de Iniciação Científica da Faculdade Maria Milza (PROINC/FAMAM), a feira

livre de Cruz das Almas apresenta 818 pontos comerciais que abrangem a feira e o mercado. O comércio da feira é dividido em quatro grupos, distribuídos de acordo com o tipo de mercadoria que será comercializada. A estrutura físico-espacial da área destinada à feira livre de Cruz das Almas é grande e, conta com uma área de 7.011 m<sup>2</sup>.

O grupo A é formado por pessoas que comercializam confecções, calçados e bijuterias. Este grupo possui 102 pontos comerciais que correspondem a 12,47% do total de pontos do espaço da feira livre. O grupo B é o mercado ocupado pelo comércio de carnes em geral (bovina, suína, caprina, ovina, vísceras, frutos do mar e peixes). Este setor computa 120 pontos comerciais e representa 14,67% do total.

No grupo C são dispostas 33 barracas, ou seja, 4,03% do total da feira livre. Os comerciantes deste setor vendem frutas, verduras, legumes, amendoim torrado, camarões secos e azeites. Já o grupo D é composto de boxes fixos que comercializam cereais e farinha, bem como de comércios diversos, tais como: mercearias, bares, barbearias, armarinhos, loja de embalagens, dentre outros e somam um total de 156 pontos comerciais, ou seja, 19,08% do total.

Ao redor das estruturas metálicas e dos mercados encontra-se o maior contingente da feira livre de Cruz das Almas, denominado nesta pesquisa como grupo E, que conta com 407 pontos, os quais respondem por 49,75% de um total de 818 pontos comerciais existentes na feira. Este último grupo, na sua maioria, é composto de feirantes-produtores que frequentam a feira nas sextas-feiras e nos sábados, e são eles que encontram maior dificuldade em comercializar seus produtos, pois ficavam expostos a céu aberto, sujeitos às precárias condições de higiene e limpeza. Como não tinham onde guardar suas barracas e produtos, e o custo de transportá-los da zona rural para a cidade é alto, acabavam vendendo no chão, em cima de tábuas, caixotes e lonas. Este é um dos principais problemas da gestão municipal, pois diversos feirantes ocupam os espaços de

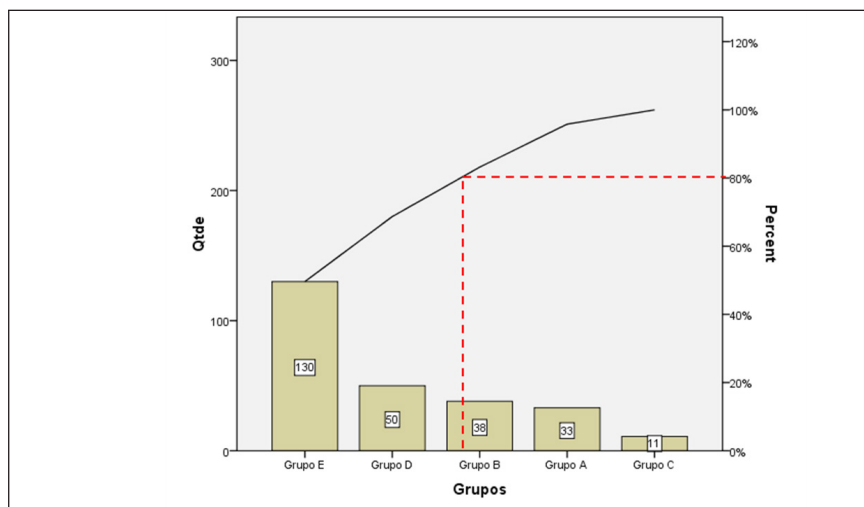
forma desordenada. O comércio da feira ao redor da feira é bastante diversificado e engloba a venda de produtos alimentícios, salão de beleza, frutas, verduras, legumes, CDs, DVDs, ervas medicinais, artigos religiosos, recargas de celular, entre outros.

**Tabela 2-** Definição da amostra da pesquisa: feira livre Cruz das Almas

GRUPO	ESTRATO	POPULAÇÃO	AMOSTRA
A	1	102	33
B	2	120	38
C	3	33	11
D	4	156	50
E	5	407	130
TOTAL		818	262

**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

**Gráfico 1** – Diagrama de Pareto: amostra da pesquisa dividida em grupos

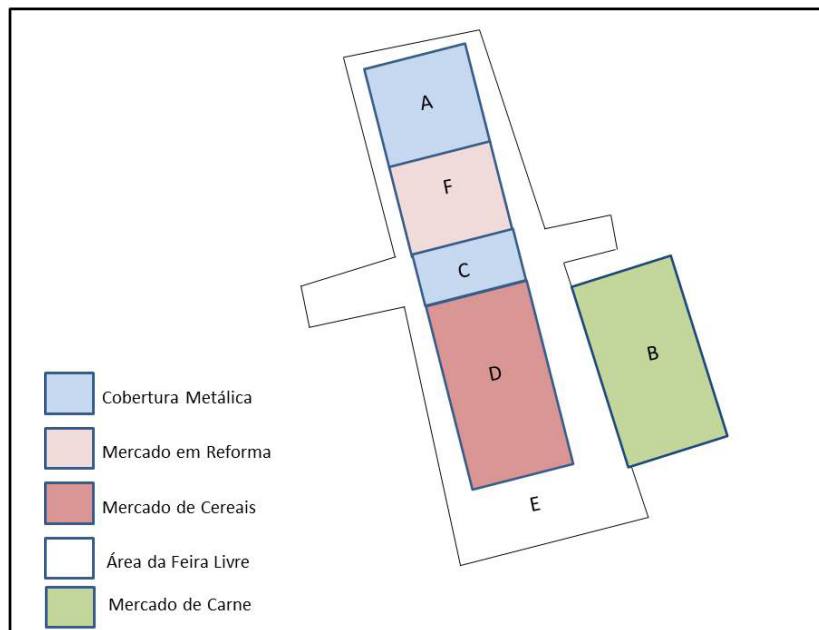


**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

A amostra da pesquisa demonstra que 80% dos feirantes concentram-se nos grupos E, D e B. O grupo E, dos feirantes localizados ao redor da feira livre, representam 50% do total de

comércios.

**Figura 5** - Localização geográfica dos grupos na feira livre de Cruz das Almas



**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

Como fora dito anteriormente, no Nordeste a distinção entre feira e mercado é mais teórico que prático. Portanto, conceitualmente o mercado é um componente da feira. Segundo Porto (2005), a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (SAREM), antigo órgão da república, publicou em 1982 um trabalho que definiu três tipos de mercados:

Abertos, fechados e em planos. Os primeiros se caracterizam por não possuírem boxes nas extremidades e sim em sua área central. Os fechados possuem alas nas suas extremidades e às vezes no centro. O mercado em planos, geralmente, é construído nas encostas e possui

boxes em toda sua extensão, boxes esses interligados por corredores de circulação e escadas, já que possui andares. (PORTO, 2005, p.115-116).

A feira livre de Cruz das Almas é formada de mercados abertos, onde ficam alocados os feirantes de verdura e de confecções. Possui também um mercado fechado formado pelos comerciantes de cereais, de carne e uma diversidade de mercadorias e um mercado em plano, composto pelos feirantes ao redor dos mercados. Além dos mercados, existem feirantes que ocupam espaços da feira sem cobertura, fato que prejudica a comercialização de seus produtos.

Segundo Pazera Junior (2003, p.18), a feira livre “é o lócus escolhido para os mais variados atos da vida social mantendo assim um sentido de permanência”. Em Cruz das Almas, além dos feirantes, consumidores e comerciantes do entorno, existem manifestações culturais como músicos, curandeiros que vendem garrafadas e ervas, dentre outros.

De acordo com depoimentos de entrevistados, a feira ocupou outras áreas do centro da cidade, mas não existem registros que comprovem esta informação. A feira livre de Cruz das Almas apresentou momentos de grande importância histórica. De acordo com Aguiar (2007), em 1947, o Jornal Tribuna Popular divulgou a construção do mercado municipal para abrigar feirantes do comércio de cereais e de carne. Sua reforma aconteceu na administração do prefeito Carmelito Barbosa Alves (1972-1976) e foi reinaugurado em 1977, no governo de Claudemiro Dias Pomponet. A partir desta data, o espaço da feira livre começou a apresentar uma nova dinâmica, atraindo outros comércios para dentro do mercado e no entorno da feira. Na gestão do ano de 2010, houve a transferência dos açougueiros do mercado de restaurantes para um novo, específico para carnes e o espaço antes ocupado por estes está sendo reformado para alocar o comércio de artesanato e confecções.

A feira livre de Cruz das Almas é uma atividade econômica que apresenta uma relevância histórica, cultural e econômica tanto para aqueles que dela retiram seu sustento como também para outras pessoas e comércios que interagem com ela, em níveis local e regional. Assim, para completar o entendimento das especificidades deste circuito inferior, no próximo tópico, serão explicitadas questões estruturais que perpassam por este mercado periódico.

## **Questões estruturais da feira livre**

A pesquisa de campo para discutir as questões estruturais da feira livre de Cruz das Almas aconteceu em dois momentos. O primeiro foi em fevereiro de 2011 e apresentou um caráter qualitativo; e o segundo, entre os meses de agosto e dezembro de 2011, demonstrou os dois enfoques, qualitativo e quantitativo.

Na 1ª etapa da pesquisa foram realizadas entrevistas com representantes do poder público, feirantes, estudiosos da cidade e comerciantes do entorno da feira, representando um total de 20 entrevistados. As pessoas expressaram sua opinião em relação à gestão da feira livre nos quesitos infraestrutura, organização e limpeza. Além disso, elogiaram, criticaram e sugeriram melhorias para a administração deste complexo mercado periódico.

Antes de entrar na seara da gestão da feira propriamente dita, indagou-se aos feirantes se foram convocados, via meios de comunicação, para participarem da elaboração do Plano Diretor do município, reeditado em 2006, no item que se refere à Reestruturação do Mercado. Tanto pelas entrevistas com feirantes como pelo depoimento da gestora pública que promoveu a convocação das audiências isto não aconteceu, pois a convocação foi publicizada por meio de visitas *in loco* a todos os bairros da cidade, ou seja, a presença dos feirantes foi pequena, o que prejudicou o resultado

da audiência e o desconhecimento de todos sobre um assunto tão importante para a feira livre de Cruz das Almas.

De acordo com pesquisa realizada, os feirantes afirmaram que foram informados da reforma do mercado no momento em que ela iria acontecer, não tendo chances de opinarem sobre aspectos que poderiam contribuir para uma melhor adequação deste projeto às necessidades desse circuito da economia. A partir de agora, inicia-se a discussão sobre a importância da associação neste processo: caso a ABAFACA fosse atuante na elaboração do Plano Diretor o quesito feira livre teria outra conotação.

Praticamente todos os feirantes e os representantes do poder público citaram a organização como um item que precisa ser revisto. Um feirante que atua no mercado de cereais e outros dispostos no galpão de verdura alegaram que é preciso organizar o fluxo de carros-de-mão, bicicletas e motocicletas, tanto dentro do mercado como também ao redor da feira, pois além de limitarem a circulação, também causam acidentes tanto com feirantes como com clientes. Outros destacaram o fluxo de automóveis ao redor do mercado, principalmente dos fornecedores de produtos para o comércio da feira livre bem como o comércio do entorno. É urgente a criação de horários e dias de carga e descarga, principalmente nos dias de feira.

Como a prefeitura de Cruz das Almas pode organizar o fluxo de veículos no espaço da feira? Esta realidade pode ser modificada através da intervenção da Superintendência de Trânsito. O município conseguiu municipalizar este órgão e em 2011, período da pesquisa estava em processo de treinamento dos futuros agentes de trânsito que passaram por concurso público e deverão organizar o fluxo de pessoas e automóveis.

Os feirantes citaram outra situação que prejudicava a feira livre: são as abordagens e blitz dos automóveis, os chamados “pau-de-arara” e das motocicletas pelos policiais na entrada da cidade, fato que inibe a vinda dos clientes e reduz as vendas de

todo o comércio, incentivando o comércio em outras cidades. Outra questão descrita pelos entrevistados sobre a organização referiu-se à atitude de alguns feirantes que, além de terem os boxes ao redor do mercado ou no galpão, utilizavam o espaço público que deveria ser usado para a circulação de fluxo de pessoas e automóveis para venderem seus produtos, ou seja, ampliaram seu espaço na feira e ultrapassaram o limite permitido para a comercialização, promovendo um caos no espaço, principalmente nos dias de grande movimentação de pessoas.

Qual a concepção de espaço público para estes feirantes? O que seria espaço público afinal? Eles empregaram a ideia do mundo contemporâneo que transformou o conceito de espaço público, atribuindo-lhe uma crescente apropriação privada destes espaços. Gomes (2002, p.176) discorre sobre uma nova visão de espaço público:

Trata-se de um processo amplo, complexo e com manifestações e aspectos bastante variados. De fato, sua magnitude pode compreender desde uma simples ocupação da calçada até o fechamento de ruas ou de bairros inteiros. Sua manifestação pode ocorrer por meio de estruturas físicas fixas, mas também por instrumentos bem mais sutis e simbólicos.

Para Serpa (2007), antes do capitalismo e do avanço do neoliberalismo, o espaço público tinha conceitos diferenciados dos de hoje. Para Arendt, o espaço público aparece como lugar de ação política e de expressão e, para Habermas é o lugar *par excellence* do agir comunicacional, o domínio historicamente constituído da controvérsia democrática e do livre e público da razão.

Diante do crescimento do circuito inferior, esta situação se tornou frequente no Brasil e também na feira livre de Cruz das Almas que teve seu espaço apropriado por diversos feirantes que comercializavam seus produtos ultrapassando os limites



estabelecidos por lei municipal. A prefeitura tenta fiscalizar, mas não é uma tarefa fácil.

Com o aumento do comércio informal em Cruz das Almas, os espaços públicos da feira livre são insuficientes para atenderem à demanda de feirantes. Com isso, a fiscalização torna-se ineficiente. Os feirantes passaram a controlar os espaços, que, em alguns casos, são ilegalmente vendidos ou até mesmo alugados a outros feirantes.

Os entrevistados também se queixaram da presença de comerciantes da cidade de Feira de Santana que se instalaram na feira livre e atuam livremente por ali. Como os feirantes da zona urbana e principalmente da zona rural, são extremamente prejudicados, principalmente no quesito preço, é necessário uma organização efetiva em relação à entrada daqueles feirantes porque os últimos participaram da feira apenas nas sextas e sábados. Um feirante declarou: "somos prejudicados porque não se tem um controle da entrada e saída de feirantes de outras cidades, é necessário organizar esse fluxo para não prejudicar o comércio local".

Existe uma rede de feirantes no Recôncavo? Qual será o alcance espacial da feira livre de Cruz das Almas, considerando a mobilidade de feirantes? Os feirantes que comercializam em Cruz das Almas além de serem representados pelos moradores da própria cidade, são também originários das localidades: Governador Mangabeira, São Felix, Muritiba, Cabaceiras do Paraguaçu e Feira de Santana. Para Santos (2003), a rede do espaço é uma série de redes interdependentes e superpostas, em que as mudanças que ocorrem numa, afetam as demais. Mas é indispensável citar que as redes são também humanas, formadas, inseparavelmente, de objetos e ações.

O gestor da feira declarou que os feirantes e clientes precisam ter paciência, pois o erro mais grave que ele considerava refere-se à falta de padronização, porque a feira cresceu junto com o aumento populacional. Portanto, todo mundo quer negociar;

mas, para o futuro, tem de se pensar em outro espaço para a feira livre. Em relação aos feirantes de Feira de Santana, ele afirmou que são muito poucos e que não se pode impedir a livre concorrência.

Observou-se que os gestores tinham uma visão limitada do local da feira livre de Cruz das Almas e não planejaram este mercado. Com o crescimento e a dinâmica da cidade, os gestores foram surpreendidos, porque a feira passou a ter um raio de atuação regional e demandou outras práticas de gestão municipal.

A maioria dos entrevistados concordou que o quesito infraestrutura precisava melhorar em muitas questões. Um feirante sugeriu uma pintura geral no mercado, que tem mais de seis anos que não era feita. Isto melhoraria a imagem e assim atrairia os clientes. Outro entrevistado discorreu que, no início, o governo lavava o mercado; e hoje isso não acontece. O maior problema se dá na época de chuvas, ao redor do mercado, principalmente para os feirantes da zona rural, pois a rede de escoamento não suporta o fluxo que também era agravado com o lixo gerado pela própria feira. Como a maioria deles não tem barracas, os produtos são expostos no chão e, quando chove, acabam sendo levados pela água, ocorrendo grandes perdas, pois são contaminados pela água do esgoto.

Por que a gestão municipal não consegue manter a organização e limpeza da feira? Ao se expressar sobre o assunto, o representante do poder público traz como resposta uma análise defensiva:

*O crescimento de Cruz das Almas promoveu o aumento de problemas em todos os âmbitos, inclusive na feira livre. A mudança deve ser gradativa para não tirar a essência da feira. Isto significa saber lidar com um universo cultural sem modificar esta essência e suas atividades comerciais. Em cada cidade, existe uma forma artesanal de vender seus produtos: têm pessoas que os expõem em palhas, outras embalam a mercadoria. E no momento que se impõe regras, aí o comércio deixa de ser livre e a feira perde*

*sua essência. Aos poucos, estamos fazendo isso: primeiro reformamos o mercado de carne; agora é o mercado de arte; e, em seguida, iremos partir para as laterais dos mercados, para o mercado de cereais e de verduras.*

Os projetos de melhoria dos espaços da feira começaram em 2010 a partir de um convênio entre o Ministério da Cidade e o governo municipal, através da liberação de recursos para o fortalecimento da agricultura familiar. Houve a construção do mercado de carne e de restaurantes em um espaço específico do final do mercado de cereais. O espaço antes ocupado pelos açougueiros estava sendo reformado para abrigar os feirantes de confecções, o chamado Mercado de Arte, que, segundo representante do poder público, seria entregue no final de 2011. Com estas medidas, mesmo de caráter emergencial, podem-se minimizar, mas não resolver os problemas da feira livre de Cruz das Almas. Este representante do poder público ainda afirma que:

*A vinda do feirante da zona rural para a feira é mais que uma questão econômica, porque a maioria não ganha o suficiente. Ele vai se realizar como lavrador de ver que produziu e que alguém deu valor. Isso é primitivo. Por isso, a mudança deve ser paulatina para não tirar a essência da feira, ou seja, as tradições, práticas e crenças dos feirantes que sentem prazer em comercializar seus produtos.*

Para ele, não se pode correr o risco de deixar trabalhar apenas os grandes especuladores, que comprem em outros mercados para revender seus produtos. Esta concorrência pode fazer desaparecer a figura do lavrador, a origem e razão de ser da feira livre.

A gestão pública tem prioridades em seu governo e a feira livre era um problema estrutural que ficava sendo resolvido de forma pontual sem atacar a raiz. A demanda por espaço era grande, e não

se conseguia resolver isso com medidas isoladas. A visão exposta pelos entrevistados demonstrou mais uma vez que não existia uma preocupação por parte da gestão com a conscientização destes feirantes sobre as questões de limpeza, conservação de produtos e organização dos espaços da feira.

Para um dos entrevistados, a feira livre era uma questão de saúde pública, porque a maioria destes produtos são ingeridos crus, e como são comercializados no chão, podem prejudicar a saúde de todos. Principalmente quando se refere aos feirantes da zona rural, que comercializavam produtos naturais, sem agrotóxicos, que não tinham barracas para expor as mercadorias e as colocavam em lonas ou, muitas vezes, no chão, sem nenhuma proteção. Paralelamente, há feirantes que não eram produtores, porque vendiam mercadorias manufaturadas e hortifrutigranjeiros trazidos de outras cidades, mas que tinha um box ou um espaço em área coberta. Ele não entendia como uma cidade como Cruz das Almas ainda não tem o mercado do produtor. Diante do exposto, levantou-se o seguinte questionamento: por que os lavradores que traziam sua produção da zona rural, não tinham direito a um espaço e comercializam suas mercadorias no chão?

**Foto 1:** Visão frontal da área sem cobertura da feira livre de Cruz das Almas N°1



**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

Um feirante produtor da zona rural reclamava das condições de trabalho da feira livre e pediu a gestão municipal a resolução deste problema como, por exemplo, um barracão para abrigar os feirantes da chuva, do sol e do mau cheiro do esgoto. Além disso, solicitaram local para guardar sua mercadoria. Os feirantes afirmaram que uma grande parte dos comerciantes da zona rural não tem interesse em barracas, pois não tem como guardá-las e, assim, dependiam mais uma vez da gestão pública.

Para um feirante, o quesito limpeza estava razoável, mas poderia ser criada uma conscientização e uma fiscalização rigorosa quanto às pessoas que jogam restos de produtos em locais e horários impróprios. Um comerciante afirmou que a limpeza era precária, pois os garis pegam uma parte e deixam outra no chão. Geralmente, depois dos horários de coleta, as pessoas jogavam o lixo novamente e tornavam o ambiente sujo e mal cheiroso. Os feirantes declararam que os banheiros públicos eram muito sujos, principalmente nas segundas-feiras, porque não existia uma limpeza adequada.

Os feirantes sugeriram que a prefeitura distribuisse caixotes para o comerciante guardar seu lixo e fiscalizar quanto ao horário de colocação para recolhimento pelo carro de lixo. O feirante do mercado de carne reclamou da higiene do mercado, afirmando que a limpeza era precária, o esgoto só era limpo uma vez por semana e toda tarde exalava um cheiro muito ruim. Além disso, este feirante falou sobre outro aspecto muito grave: são os casos de feirantes que, por displicência, deixam carne no freezer e viajam. Esta situação pode gerar doenças devido às bactérias que se instalam na carne que apodrece e, também, a consequente interdição do mercado pela vigilância sanitária. Por esses, e outros casos, precisavam de uma fiscalização por parte da prefeitura. Os feirantes afirmaram que existe um esgoto ao lado do mercado que tem forte mau cheiro e prejudica a saúde dos feirantes e clientes.

Diante das declarações, observou-se que as pessoas reclamavam da gestão, mas não conservavam o espaço limpo

e organizado. Mais uma vez, deparamo-nos com a questão de falta de padronização e a inexistência de normas e processos para manutenção dos espaços da feira livre. Mas, atrelado a isso, sabe-se também que lidar com pessoas das diferentes culturas e comportamentos é muito complexo. Por isso, a gestão municipal deve utilizar ações educativas de conscientização e, em seguida, a punição para os descumpridores; promover a contratação de profissionais técnicos de limpeza para atuar nestes espaços, pois se percebe claramente a existência de uma limpeza precária e sem critérios claros de atuação. Preliminarmente, isto deve partir desde a escolha do diretor da feira pelos feirantes, via associação, exigindo esta postura do governo. Reafirma-se a importância da associação (ABAFACA), que em 2011, era atuante apenas em questões relacionadas aos festejos juninos da cidade.

**Foto 2:** Visão frontal da área interna do mercado de cereais N° 2



**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

Por outro lado, a gestão pública da feira afirmou que a prefeitura faz sua parte em relação à limpeza e o que falta é a conscientização por parte dos feirantes que não contribuem para a manutenção da limpeza da feira livre. Existem os horários pela manhã e pela tarde, e as pessoas começam a acumular o lixo logo depois da coleta, tornando o ambiente constantemente sujo.

Sobre as melhorias que houveram na feira livre, um representante do poder público citou a entrega do mercado de carne. Mas, sabe-se que, apesar de ter sido inaugurado em 2010, encontra-se com uma estrutura e limpeza que deixam a desejar. A feira apresentava problemas estruturais: um exemplo são os balcões do mercado de carne construídos de forma inadequada e a má limpeza do esgoto e do mercado que, mesmo partindo para a conscientização dos feirantes, ainda era insuficiente.

Confrontando as duas opiniões e a realidade percebida, verificou-se que existe falta de cumprimento do dever de ambas as partes, pois, além do feirante não manter a limpeza, o trabalho dos agentes de limpeza é precário, e inexistem lixeiras pequenas espalhadas ao longo do percurso da feira livre que possam contribuir para a manutenção destes espaços.

Outra questão que precisava ser complementada em relação à gestão é a consequência da falta de uma equipe técnica, pois, além de não ter o profissionalismo ao cumprir seu papel, não existia supervisão pelos gestores. Caso a feira livre tivesse a associação ABAFACA atuante, em parceria com o gestor, este trabalho de acompanhamento e controle seria feito. A necessidade desta participação pode ser útil em prol de benefícios para a feira, inclusive para a construção dos mercados e o exemplo citado acima sobre o tipo de balcão construído inadequadamente raramente aconteceria.

Para transcender de uma gestão tradicional para uma gestão democrática, ou seja, promover uma gestão técnica e participativa, as prefeituras precisam entender que a administração da coisa pública não deve ter um fim em si mesmo.

As áreas meio cujo produto adicional em administrações tradicionais é o espaço do corporativismo e de empreguismo, de geração de anéis burocráticos que dominam informações – para as prefeituras democráticas se transformam em uma área cujo produto é um requisito básico para a construção de um novo relacionamento entre o governo e a população. Este produto fisicamente intangível, é um processo decisório democrático cuja materialização passa pelo desenvolvimento de métodos, rotinas e tarefas que permitam a tomada de decisão e monitoramento de sua consecução, juntamente com os segmentos interessados, de maneira que estes não se configurem como público-alvo, como tradicionalmente ocorre, mas como agentes ativo do processo decisório (DIAS, 1993, p.35).

Sobre a importância da parceria entre a população e a gestão municipal, Camargo (2003, p. 120 apud ROSA, 2004, p. 2) discorre que a “aliança entre comunidade-governo é o capital social que poderá produzir mudanças na cultura política”. Além disso, segundo Goulard (2006), o associativismo tem o desafio de reformatar o sistema democrático. Isto é um desafio para a ABAFACA que precisa ser abraçado por todos os feirantes.

Os feirantes denunciaram a falta de administração da feira, principalmente em relação à segurança, aos sábados, dia de maior necessidade da atuação de guardas municipais. Para um feirante, a gestão da feira livre dependia da ação do diretor que devia passar para seu superior quais decisões precisariam ser tomadas para melhor atendimento das necessidades da feira livre. E, para outro feirante, os guardas não cumprem suas atividades, o que prova a falta de gestão para conduzir o trabalho destes profissionais. Mas, como o gestor também tinha medo de represália política, acabava se calando e deixando a desejar sua atuação na gestão da feira livre. Um dos entrevistados afirmou que a maioria dos guardas são



despreparados para lidar com pessoas e tinha postura de policiais, esquecendo que devem orientar os feirantes.

O gestor público afirmou que, em relação à segurança, a mão-de-obra ainda é deficiente. Mas, ao se levar em consideração a diversidade de pessoas, cultura e raças, a segurança é mantida, pois todos se conheciam e todos passavam a respeitar os limites e espaços da feira.

A gestão da feira perpassa pela jurisdição de várias secretarias: de Infraestrutura, a de Transporte; a de Serviços Públicos; a de Administração; e a Superintendência de Trânsito. Acontece que, a atuação do diretor da feira restringia-se à Secretaria de Serviços Públicos e este não dialogava com as demais. Como a prefeitura poderia resolver isso? Disponibilizando profissionais destas secretarias para atuarem no ambiente da feira em parceria com o diretor a fim de, juntos promoverem um trabalho coeso e dinâmico. E qual seria o papel dos feirantes? Qual seria o papel da associação? Acompanhar a atuação destes profissionais promovendo constantes consultas populares ou pesquisas junto aos feirantes. Sobre isto, Coelho e Bittar (apud DIAS, 1993) afirmam que existe nos municípios um padrão de gerência e governabilidade desde a década de 1950, que apresentava uma estrutura centralizada das secretarias, que era inadequada. A gestão nos novos tempos deve radicalizar os processos democráticos e inverter prioridades, ou seja, descentralizar e criar canais e possibilidades de participação no funcionalismo, agregando a isso treinamento e formação profissional com foco em valores democráticos.

Um representante do poder público que também já foi feirante afirmou que, de 1970 até os anos de 2011, ano de aplicação da pesquisa de campo, a municipalidade ainda não conseguiu melhorar a qualidade dos produtos que são vendidos, ou seja, retirar os produtos do chão e criar um mercado do produtor. Inclusive, ao longo do tempo, os adversários que antes criticaram esta ideia,

hoje estão na gestão e também não conseguiram resolver este desconforto para os feirantes e clientes. Ele demonstrou otimismo sobre o desafio de organizar a feira, por meio do apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério das Cidades: a junção destes dois ministérios tinha tudo a ver com feira e assim poderiam dar um novo formato a este mercado periódico.

Ainda expondo as palavras do representante do poder público citado anteriormente, este afirmou que devido ao desenvolvimento e tamanho de Cruz das Almas, a feira livre não cabe mais onde está. E, portanto, deve-se discutir a transferência da feira para outro local. A cada ano a feira aumenta de tamanho. Por exemplo, ao tirar dez barracas do chão, amanhã aparecem mais dez; portanto, fica difícil organizá-la porque o espaço não é suficiente para todos. Retoma-se assim, a visão de que os problemas da feira são de ordem estrutural. Como resolver este problema? Sugeriu-se uma ampla discussão entre a gestão municipal e a ABAFACA para que, juntas encontrarem soluções para este complexo problema.

A discussão dos problemas da feira livre pela gestão municipal e pela sociedade civil representada pela ABAFACA é uma alternativa para a melhoria deste espaço. Para Calvacanti (2003, p. 09 apud ROSA, 2004, p. 3) “as pessoas são o alfa e o ômega de todas as ações da administração pública”. Propiciar esta interface entre a gestão pública e a participação popular é um desafio.

O ideal democrático tradicional não se preocupou em constituir formas efetivas de “participação igual” ou pelo menos “mais igual”, nas decisões públicas. Esse é um desafio a que devemos responder. Na verdade, a realidade do mundo moderno e a grande exclusão social proporcionada pelos regimes tanto democráticos como autoritários apontam a necessidade de mudar esse conceito. Para, principalmente, buscar um conceito de democracia no qual a conquista do governo, por

meio do voto popular, não esgote a participação da sociedade, mas, ao contrário, permita iniciar um outro processo, gerando dois focos de poder democrático: um, originário do voto; outro, originário de instituições diretas de participação. Esse seria um método de decidir e, ao mesmo tempo, de gerar controles sobre o Estado e o governo, criando instituições capazes de gerar políticas que tenham um grau cada vez maior de aceitação e legitimidade social (GENRO; SOUZA, 1997, p.19-20).

A participação da ABAFACA na gestão da feira livre através de sugestões e discussões de políticas públicas direcionadas à realidade do feirante é considerada um exemplo de sua legitimidade social, um grande passo para o fortalecimento da democracia.

No caso de Cruz das Almas, a democratização reflete na vida do município, e a participação popular através da ABAFACA pode ser um processo contínuo que tem como objetivos:

1) Promover iniciativas a partir de programas e campanhas especiais visando o desenvolvimento de objetivos de interesse coletivo; 2) reforçar o tecido associativo e ampliar a capacidade técnica e administrativa das associações e 3) desenvolver a participação na definição de programas e projetos na gestão dos serviços municipais (JACOB, 1996, p 132-133).

Os objetivos expostos por Jacob deixam evidente a importância das associações para a sociedade civil e para a gestão pública, que encontrará nestas parceiras alternativas para uma administração eficaz não apenas do espaço público, caso da feira livre de Cruz das Almas, mas também de todos os problemas que afligem os municípios.

Através da entrevista com o diretor da feira livre, observou-se que seu raio de ação fica limitado à limpeza e organização, e este

responde pela Secretaria de Serviços Públicos. Nos aspectos de infraestrutura e trânsito, são outras secretarias que respondem por estas questões: a primeira a Secretaria de Infraestrutura; e a segunda, a Superintendência de Transporte. Portanto, percebeu-se uma discreta autonomia por parte do gestor, o que tornou inviável a existência de uma gestão efetiva da feira livre. Por que será que isso aconteceu? Por que o gestor não recebeu apoio das outras secretarias? Tem-se aqui um desafio gestor? Como superar essas óbicas? Corroborando com análises anteriores, perpassa pela união de forças entre a gestão municipal e a associação ABAFACA atuante.

O gestor da feira já ouviu falar da associação, mas não foi à frente porque as pessoas não gostavam de participar. Outros entrevistados informaram que a associação não vingou por questões políticas e que surgiu na época do governo anterior, há aproximadamente dez anos, apenas com o intuito de reforma do mercado, com a simples finalidade de liberar a verba para esta reforma. Infelizmente, as pessoas acabavam misturando gestão com política. Para eles, a mentalidade do feirante era muito atrasada e não entendia a importância de uma associação.

A mentalidade atrasada de alguns feirantes advém da visão do coronelista descrita anteriormente, e deve ser combatida via associação, que tem como um dos seus desafios conscientizar os feirantes de seu papel como cidadãos e como agentes de mudança do ambiente em que se encontram inseridos. Deve precaver-se das armadilhas do projeto do Estado capitalista que visa à participação junto com o Estado, através da manutenção de seus ideais de organização e mobilização que são a essência da participação cidadã.

Para o representante do poder público, idealizador da ABAFACA “as pessoas deveriam buscar a prefeitura através da ABAFACA; mas infelizmente percebo que ela só existe para tratar das questões de festas de largo”, quando o seu pensamento original era em benefício da feira. A gestão da feira livre apresentava-se como um desafio tanto

para a gestão do período analisado como para outras que virão, pois a receita própria é pequena, fato que limitava os investimentos diante de uma demanda que cresce vertiginosamente.

Portanto, a atuação da ABAFACA também pode ser um canal de obtenção de crédito para a melhoria da feira como um todo, não deixando apenas para a gestão municipal a responsabilidade de administração deste circuito da economia.

Reforçando a importância da associação de feirantes, Lavale (apud GOULARD, 2006 p. 4) afirma que associações são “tipificadas como expressão do fortalecimento e a autonomização da opinião e espaços públicos diante das instâncias mais ou menos herméticas dos poderes, econômico e político - por sinal, não raro incapazes de materializar, moto próprio, aquilo que é de interesse geral da sociedade.”

O diretor da feira defendeu que a gestão é difícil, pois trabalhar com pessoas é um desafio incessante. Sabe-se que os problemas da feira são inerentes à feira: ela cresceu, todos querem seu espaço para comercialização, e o espaço não vai conseguir atender a todos. Isto provoca a desorganização e precarização destes espaços. Os problemas da feira são de décadas e não serão resolvidos rapidamente. Com a reforma do Mercado de Arte, far-se-ão algumas alterações na feira, principalmente nos espaços do lado do mercado e no acesso de pessoas e automóveis. Assim, mais uma vez, os problemas da feira seriam resolvidos de maneira paliativa.

Em relação aos benefícios que a gestão pública municipal proporcionava aos feirantes, pode-se citar o CREDAMIGO<sup>3</sup> do

---

3- É um programa de microcrédito produtivo orientado do Banco do Nordeste que facilita o acesso ao crédito a milhares de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas enquadradas como Microempreendedor Individual, Empresário Individual, Autônomo ou Sociedade Empresária). No caso dos feirantes, a modalidade empregada foi o grupo solidário, que consiste na união voluntária e espontânea de pessoas interessadas em obter o crédito, assumindo a responsabilidade conjunta pelo pagamento das prestações.

Banco do Nordeste, mas tinha como limitação o pagamento solidário. Ou seja, num grupo de quatro feirantes, cada membro se responsabilizava por todos: caso um não cumprisse o pagamento do empréstimo, os outros três pagariam por ele. Sobre isso, um feirante achava injusto se responsabilizar pelo pagamento do outro e por isso, considerava esta linha de crédito burocrática e inviável. Outra benfeitoria foi a inauguração de um mercado de carne que já tinha sido adquirido pelo governo anterior. E o mercado que era de carne está sendo reformado para ser um mercado de arte. Como outra iniciativa, o representante do poder público citou a capacitação promovida pelo SEBRAE em parceria com a ABAFACA dos feirantes no São João da cidade. Esta capacitação teve como foco a apresentação de formas adequadas para o manuseio de produtos e atendimento ao cliente.

Percebeu-se que o apoio da gestão municipal a associação ABAFACA, restringia-se a ações em prol da espetacularização do São João da cidade, mais uma estratégia *city marketing*, ou seja, a promoção da cidade de Cruz das Almas nas esferas local, regional e global. Por que isto está acontecendo? Com o neoliberalismo, a relação entre cidades, o Estado e o mercado está no topo de sua agenda, não apenas para agradar os moradores das cidades, mas também para atrair investimentos externos.

Para Pereira (2003 apud DUARTE et.al 1998, p. 39), a visão *do city marketing* não se limitaria a um desejo de melhora do tecido urbano-arquitetônico da cidade; mas marcaria, na verdade, “a adesão da cidade às novas tendências internacionais, que partiriam da premissa que a qualidade do espaço urbano encontra-se vinculada ao aumento da competitividade”. No caso de Cruz das Almas, o que aparenta é a visão de competitividade, esquecendo-se da melhoria das condições do comércio da feira livre e, indiretamente, da saúde da população que consome os produtos.

Um dos feirantes declarou que os problemas da feira seriam minimizados com a criação de uma associação. E este fato foi feito há três anos, mas só abrangeu o mercado. Como a cultura de participação é difícil, poucos participaram. A maioria concordou que a existência de uma associação que os representasse perante o poder público seria uma forma de pressioná-lo para a resolução dos problemas da feira. Mas, dos dez feirantes entrevistados, somente três se interessaram pela criação desta associação. Apenas um feirante disse que existe a associação dos barraqueiros há mais de um ano, esta afirmação foi confirmada por um gestor público que idealizou a Associação dos Barraqueiros e Feirantes de Cruz das Almas (ABAFACA) criada para junto com o poder público discutir qual o melhor formato para organizar a feira. Ainda disse que as associações têm o poder para alcançar objetivos em prol da comunidade e já acompanhou vários casos que no início não houve participação, mas ao verem resultados positivos da atuação de algumas associações, outras pessoas passaram a participar.

De uma amostra de doze entrevistados, a maioria com mais de vinte anos atuando na feira, apenas um deles conhecia a ABAFACA, mas nunca participou das reuniões. Esta situação mostra que o presidente da associação não estava conseguindo divulgar e unir as pessoas em prol de um objetivo maior, a feira livre. Observou-se que sua atuação limitava-se a questões de barraqueiros que participavam do comércio na época do São João, época de grande fluxo de pessoas na cidade, principalmente turistas de toda parte. Um gestor da cidade foi questionado sobre este fato, principalmente no que se refere ao incentivo via SEBRAE da qualificação desta mão-de-obra e ele respondeu que realmente precisava continuar com este projeto e estendê-lo aos demais feirantes da cidade.

Ao ser indagado sobre a abordagem ao setor público no que se refere às reivindicações e sugestões enquanto melhorias para a feira livre, um feirante disse que isso não aconteceu e que “se vira

sozinho”. Outro entrevistado disse que não gosta de se envolver, e que seu comércio não dependia de política. E como ele disse saber que não vai melhorar, não se envolve com a política, porque existe muita desonestidade e prefere ficar neutro. Outro entrevistado esclareceu que a associação não deu certo, pois quem deve organizar a feira é o diretor, que deve ter o respaldo da prefeitura para gerir a feira sem interferência de questões partidárias. Quando o partidarismo prevalece sobre a feira livre, todos tendem a perder com esta prática. Um feirante explanou que, no governo anterior, teve um diretor de mercado que conseguia em parte fiscalizar a feira, principalmente em relação à limpeza e ao fluxo de carros-de-mão, bicicletas, motocicletas, os horários de carga e descarga de carros. Mas, por não pertencer ao partido da gestão, o referido gestor foi desligado.

Enquanto um entrevistado não se interessava em participar da gestão da feira por questão de comodismo e por achar que não serão ouvidos pelo poder público, outros entrevistados tiveram a mesma opinião, mas remeteram a participação em associação da feira livre como uma questão política. Sabe-se que são coisas que deveriam ser analisadas de forma distinta, e a feira deve ser pensada com uma visão coletiva. Para outro feirante a mudança do espaço para um novo mercado de carne não foi em prol do povo, mas por questões políticas, ou seja, dois empresários fortes da cidade apoiaram o prefeito em troca da retirada da feira de confecções do espaço que está para o antigo mercado de carne. E neste local ficou de colocar um estacionamento um pedido destes empresários, ou seja, a política de troca de favores.

Outra situação exposta pelos feirantes é a de que o governo local tenta organizar, melhorar a feira, mas como a gestão é baseada na política, nunca consegue dar outra cara à feira livre. Para eles, o gestor não tinha pulso para conduzir a administração e, por isso, não conseguia organizar a feira. Os feirantes disseram que a gestão da



feira deveria ser dada para um feirante que conhecesse a realidade da feira, independente do partido ao qual este pertencesse, mas que tivesse respaldo do poder público. Outros afirmaram que é difícil gerir a feira livre em um ambiente de apadrinhados políticos, assim a bagunça geral tende a se instalar.

**Foto 3-** Visão lateral direita da área sem cobertura da feira livre de Cruz das Almas



**Fonte:** Arquivo setor de convênio (2010)

A gestão efetiva da feira livre é um direito dos cidadãos e é um dever do poder local. Por isso, não deve partir de partidarismo e troca de favores.

A construção de muros de arrimo e o recolhimento de lixo não devem realizar para atender a pedidos de vereadores da situação ou da oposição, não se devem constituir em benesses de poder e forma de angariar votos; devem ser realizados porque os cidadãos,

enquanto tais, têm o direito à prestação eficiente de serviços públicos. Para que mude esta cultura clientelista e de favores, é necessário: estimular canais de participação individuais e de estimular os cidadãos a intervir coletivamente na definição, execução e controle de políticas públicas. (DIAS, 1993, p.339)

Diante dos depoimentos acima, observou-se que a maioria dos feirantes entrevistados considera que a participação na associação está vinculada a questões político-partidárias. Esta visão limitada deve ser combatida a partir do momento que a atuação desta instituição promova melhorias nos diversos espaços da feira, independente dos partidos e das pessoas que estejam sendo beneficiadas. Sobre esta questão, outro gestor público discorre que:

*As pessoas, principalmente os nordestinos por questões históricas e culturais advindas do coronelismo que era caracterizado por represálias, não têm o hábito de participar por achar que ainda sofrerão por demonstrar seu posicionamento sobre qualquer assunto, mesmo que estes sejam em prol da coletividade.*

Mesmo afirmando isso, percebeu-se que apesar de não existirem represálias para feirantes de partidos diferentes, a troca de favores é uma realidade que, infelizmente foi percebida na feira livre de Cruz das Almas. Como exemplo, pode-se citar a nomeação via cargo de confiança do diretor que, além de não possuir experiência em gestão de feira, também não é feirante, fato que o impossibilita na resolução de problemas quais desconhece. Ao ser questionado sobre este assunto, um gestor público afirmou que a atuação do diretor é muito boa, mas, por questões políticas partidárias, ele não recebe apoio dos feirantes. Não foi isso que se observou *in loco*; pelo contrário, além da falta de qualificação técnica deste profissional, inexistiu um apoio do governo municipal quanto a respaldos para a

tomada de decisões com feirantes que, por pertencerem ao partido da gestão não podem ser incomodados. Isto se refletiu nos feirantes bem como nos funcionários que fazem parte do quadro funcional da feira. Portanto, mesmo que o diretor tivesse respaldo técnico, a política o impediria de atuar profissionalmente.

Longo (2005, p. 4) criou variáveis de contingência que caracterizam uma instituição pública de caráter técnico e a denominou de Direção Pública Profissional (DPP).

a) La materia, o universo temático en el que se despliega la función asignada al cargo, para El cual la dimensión que se debería considerar es el grado de politización.; b) El rol, o conjunto de características propias del desempeño del papel exigido al titular del cargo, para el que el grado de politización sería también la dimensión a considerar; c) El producto, esto es, aquello que el cargo produce, atendiendo a su misión o razón de ser, debiendo considerarse aquí dos dimensiones: la estabilidad del mismo y su susceptibilidad de estandarización y medición; d) El sistema de gestión, o conjunto de políticas, prácticas y procedimientos asociados al cargo, para el que la dimensión a considerar apuntaría a su grado de sofisticación y complejidad.

Estas características poderão dar subsídios não apenas ao servidor público, mas também aos cargos comissionados para promover com tranquilidade a gestão profissional da coisa pública. Esta conjuntura pode ser aplicada pela gestão municipal na feira livre de Cruz das Almas tanto pelas Secretarias como pela participação da ABAFACA atendendo aos anseios dos grandes interessados da feira, os feirantes e os consumidores que valorizam e dependem deste comércio.

Um dos entrevistados, uma pessoa de renome e conhecimento sobre a cidade, discorreu que a feira livre de Cruz das Almas é um processo espontâneo e a administração municipal apenas constrói

prédios tentando melhorar as condições de venda dos produtos. Atualmente, construiu um mercado para carnes e o outro para roupas que vai desafogar um pouco. Além disso, a mania do “plaquismo” no Brasil é horrorosa, apenas se constroem prédios para colocar as placas e dizer qual foi o prefeito que fez. Sabe-se que não deveria ser assim, o dinheiro é do povo e precisa ser bem empregado. A Praça do Lavrador está ficando pequena para o desenvolvimento da cidade e a solução seria promover a descentralização da feira deslocando-a para bairros populosos da cidade.

Para um feirante, a feira de hoje quando comparada com a feira de antigamente, sofreu alterações nos quesitos de organização e limpeza. Mesmo havendo necessidade de melhorá-los, antigamente era muito mais suja e desorganizada, principalmente os boxes ao redor do mercado.

A era da informação trouxe consigo a exigente postura dos clientes. Percebe-se que esta consciência, mesmo que ainda tímida, começa a existir por parte dos feirantes. Para não serem engolidos pelos grandes comércios, vêm-se obrigados a oferecer produtos com qualidade, higiene e um ambiente atrativo para os seus clientes. De acordo com os feirantes, quanto mais organizada a feira livre, mais os clientes são atraídos a comprar os produtos.

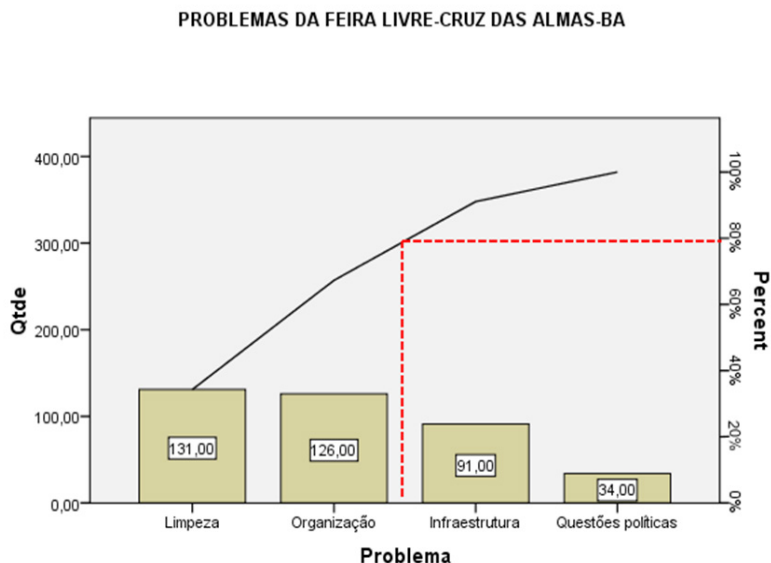
Segundo um feirante, comparando a feira de hoje com a da década de 70, melhorou muito, porque as empresas entregam os produtos diretamente aos feirantes. Segundo uma pessoa de grande conhecimento sobre a cidade, o que mudou na feira foi o vício moderno, a vinda de muitos produtos industrializados e outros com agrotóxicos que vêm provocando doenças graves. A feira, antigamente, tinha os produtos naturais. Até os próprios moradores da zona rural são influenciados a comprar produtos industrializados que são prejudiciais à saúde. Apesar do mundo tecnológico, as pessoas se acham barraqueiros e não comerciantes, a mentalidade é muito atrasada. Um feirante afirma que a feira de hoje é melhor que

a feira do passado tanto em termos de compra como em termos de venda de mercadoria. Um representante do poder público confirma mais uma vez a importância da tecnologia e o uso do celular pelo feirante que tem constantemente seu estoque abastecido por conta da facilidade de comunicação com seus fornecedores.

A evolução tecnológica trouxe como benefícios a facilidade na entrega de produtos a serem comercializados tanto para o feirante da zona urbana como para o da zona rural; mas a evolução da feira livre também trouxe consequências desastrosas, como a criação da figura do especulador.

Um gestor público discorreu sobre a presença do especulador, problema que também preocupava a prefeitura e que vem ganhando espaço na feira livre. Dificilmente observava um lavrador vendendo seu produto, o que mais acontecia era a atitude do especulador que ficava rondando o lavrador e este, com receio de não vender toda sua carga ao consumidor final, pois também fica exposto ao sol e a chuva, acabava vendendo ao especulador toda sua mercadoria a um preço muito abaixo do mercado. Portanto, quem ganhava era o especulador que não se esforçou para produzir estes produtos. Mais uma vez se afirma a necessidade de se criarem condições para que o feirante da zona rural sinta o prazer de estar na feira livre comercializando seus produtos para os consumidores e reduza a presença do especulador.

Diante da infinidade dos problemas de vários âmbitos apontados na primeira parte da pesquisa no que se refere à feira livre de Cruz das Almas, percebeu-se a necessidade de incluir este novo questionamento aos 262 entrevistados. Por isso, na segunda etapa, aplicaram-se duas questões, uma que trata dos problemas e outra questão do tipo aberta, solicitando aos feirantes sugestões de melhoria, haja vista que também são atores deste mercado periódico.

**Gráfico 2** – Diagrama de Pareto: problemas da feira livre de Cruz das Almas

**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

Portanto, a maioria dos entrevistados, segundo a Lei de Pareto, ou seja, 80% dos problemas, encontram-se associados às questões de limpeza e organização e diante das entrevistas infere-se que a infraestrutura é uma consequência da resolução dos problemas mais citados (organização e limpeza). Sendo assim, os quesitos organização e limpeza são os problemas que devem ser mais focados pela gestão municipal.

Em relação às sugestões de melhorias, os feirantes em sua maioria expressaram várias alternativas para este mercado periódico e, para melhor compreensão, dividiram-se em tópicos (organização/infraestrutura; limpeza e questões políticas).

**Quadro 4-** Sugestões para melhorias dos problemas da feira livre de Cruz das Almas

## **ORGANIZAÇÃO/INFRAESTRUTURA**

Atuação mais efetiva do gestor da feira livre

Cadastro dos barraqueiros

Cadastramento das pessoas que prestavam serviço com “carrinhos-de-mão”

Contratação de pessoas mais comprometidas e capacitadas

Conscientização dos feirantes quanto à importância da organização

Criação de seções de acordo os tipos de produtos vendidos pelos feirantes-setorização

Criação da cobertura para os feirantes que vendem ao ar livre

Criação de um depósito para armazenamento dos produtos

Criação de um estacionamento

Delimitação de um local para os carrinhos-de-mão

Disponibilização de barracas para os feirantes que vendiam seus produtos no chão

Disponibilização de barracas padronizadas

Recebimento dos boletos da taxa 10 dias antes do vencimento

Fornecimento de preparo técnico ao gestor do mercado

Fornecimento de rádios aos guardas municipais (rádios para se comunicarem com a polícia)

Fornecimento de uma câmara frigorífica no mercado de carne

Intensificação da fiscalização dos feirantes quanto ao uso do espaço público e em relação à circulação de bicicletas e carros-de- mão no mercado

Intensificação da segurança

Mudança da gestão do mercado

Padronização das barracas através de boxes

Punição dos comerciantes formais que jogam lixo na feira

Reativação do sistema de avisos via caixas de som dispostas ao longo da feira

Refazer a estrutura do mercado de carne

Terceirização da administração da feira

União dos feirantes

Voltar para o antigo mercado de carne

**LIMPEZA**

Ampliação do horário de limpeza do fundo do mercado

Ampliação do quadro de funcionários da limpeza

Conscientização dos feirantes quanto à importância da limpeza

Disponibilização de lixeiras ao redor da feira

Melhorar a rede de abastecimento de água

Refazer a rede de esgoto, por meio de um sistema de drenagem

Reposicionamento dos banheiros

Utilização de produtos químicos na limpeza dos locais

**QUESTÕES POLÍTICAS**

O Governo municipal precisa cumprir o que prometeu

**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

Depois de levantadas todas as possíveis respostas, criou-se o Quadro 5 destacando as principais sugestões que devem ser acatadas pela gestão municipal.



**Quadro 5-** Sugestões mais citadas pelos feirantes sobre os problemas da feira livre de Cruz das Almas

### SUGESTÕES

- Sugestão 1 - Padronizar as barracas através de boxes
- Sugestão 2 - Melhoria da limpeza através da ampliação dos horários e contratação de pessoas qualificadas
- Sugestão 3 – Fiscalizar os feirantes quanto ao uso do espaço público
- Sugestão 4 – Disponibilizar para os feirantes barracas padronizadas
- Sugestão 5 – Criar uma cobertura para proteger as mercadorias e os feirantes do sol e da chuva
- Sugestão 6 – Refazer a rede de esgoto através de um sistema de drenagem
- Sugestão 7 – Mudar a gestão do mercado
- Sugestão 8 – Voltar para o antigo mercado de carne
- Sugestão 9 – Atuação mais efetiva do gestor da feira livre
- Sugestão 10 – Criar um depósito para armazenamento dos produtos
- Sugestão 11 – Criar seções de acordo com os tipos de produtos vendidos pelos feirantes- setorização da feira livre
- Sugestão 12 – Criar um estacionamento
- Sugestão 13 – Contratar pessoas mais comprometidas e capacitadas
- Sugestão 14 – O governo municipal precisa cumprir o que prometeu
- Sugestão 15 - Disponibilizar barracas para os feirantes que vendem os produtos no chão
- Sugestão 16 – Conscientizar os feirantes quanto à importância da organização e limpeza da feira livre
- Sugestão 17 – União dos feirantes

**Fonte:** Pesquisa de campo (2011).

A maioria dos 262 entrevistados opinou sobre questões relacionadas à melhoria dos espaços da feira livre de Cruz das Almas. Foram 284 opiniões, sendo que apenas 8 pessoas disseram que a feira não tinha problemas e 6 preferiram não opinar.

Diante das diversas respostas apontadas na aplicação do formulário, percebeu-se que os problemas são muitos e precisam ser priorizados. Este resultado servirá de base para a gestão municipal direcionar as políticas públicas para esta feira livre.

Comparando com os estudos de Milton Santos de 1976, a pesquisa em 2011 apontou que a forma de pagamento continuava a mesma, a vista e através do chamado fiado registrados em forma de recibos simples assinados pelos clientes. Os estudos comprovaram que as vendas dos feirantes atingiram o mercado formal em volumes maiores, fato que não acontecia em outras décadas. Outra mudança da teoria refere-se ao perfil dos feirantes, a maioria é de revendedores e, portanto, não são produtores. Esta observação abre o seguinte questionamento: qual a real composição dos feirantes de Cruz das Almas? Qual o nível de formalização destes comércios? Estas perguntas serão respondidas no próximo tópico.

## Perfil dos feirantes

No capítulo dois, ao se discorrer sobre os dois circuitos da economia urbana, fez-se uma alusão às características destes circuitos de acordo literatura de Santos (1979). Para melhor compreensão da dinâmica urbana da feira livre de Cruz das Almas, aplicaram-se formulários a 262 feirantes, e foi elaborado um novo quadro com as características da feira livre da atualidade.

**Quadro 6** - Comparativo das características do circuito inferior segundo Milton Santos x circuito inferior- a feira livre de Cruz das Almas-Ba

	<b>Circuito Inferior Hoje</b>	<b>Circuito Inferior Ontem</b>
Tecnologia	Uso intensivo de capital	Uso intensivo de mão de obra
Organização	Estruturada para alguns	Primitiva, não estruturada
Capital	Começa a ter um giro maior neste mercado	Escasso
Salários regulares	Depende dos produtos que comercializa	Não requeridos

Estoques	Grande quantidade e/ou alta qualidade	Pequenas quantidades/ Baixa qualidade
Preços	Fixos e negociáveis	Negociáveis entre comprador e vendedor (regateio)
Crédito	De banco, institucional como empreendedor individual	Pessoal, não institucional
Margem de lucro	Como o volume cresceu, inclusive vendas para o comércio formal, pode ser pequena por unidade ou grande a depender do volume de negócios.	Grande por unidade, mas pequena em relação ao volume dos negócios

**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

No quesito tecnologia, nota-se que a feira livre está se modernizando junto com a sociedade. Vários feirantes, apesar de ainda não terem seu comércio formalizado, apresentaram estrutura física, logística e um atendimento ao cliente eficaz, o que lhes possibilita atingir números de faturamento razoáveis, e promove o uso intensivo de capital, movimentando a economia.

Como é uma atividade econômica que vem crescendo junto com o aumento do consumo, vários feirantes atuavam com um estoque relativamente grande, pois vendem para supermercados de médio porte. Isto garante aos feirantes uma nova fatia de mercado e o aumento de sua margem de lucro.

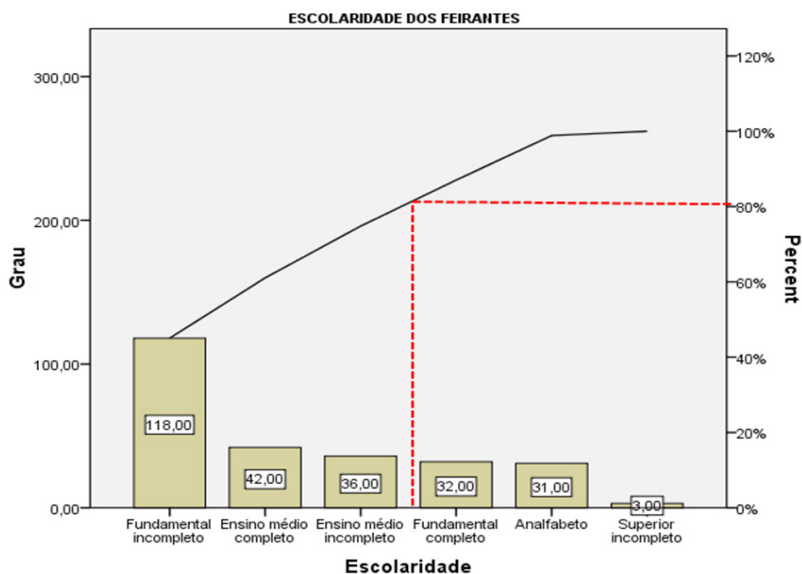
Como é uma atividade comercial que gera muitos postos de trabalho e passou a garantir renda para inúmeras famílias, o governo percebeu que a informalidade é uma fatia de mercado de crescimento potencial. Sendo assim, criou a Lei Complementar Nº 128, de 19/12/2008, que trata das condições legais criadas para atender às necessidades do empreendedor individual. Esta lei apresenta como objetivo geral resguardar estas pessoas em caso de doença e/ou acidentes, aposentadoria e também facilitando o acesso ao crédito para melhorias nos negócios.

O mercado consumidor encontra-se cada vez mais exigente, e para se manterem competitivos, muitos feirantes passaram a priorizar pela qualidade de seus produtos. Para isso, praticam preços diferenciados e, assim, criam certos limites em reduzi-los. Mas, como em qualquer atividade, existem as exceções que são administradas e passíveis de negociação.

Portanto, a análise do Quadro 9 confirma a importância da feira livre para o crescimento da cidade e a inserção da classe menos favorecida a condições de vida digna.

Em relação à escolaridade dos feirantes de todas as categorias, obteve-se o seguinte gráfico de Pareto.

**Gráfico 3-** Escolaridade dos feirantes



**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

Diante do Gráfico 3, inferiu-se que a maioria dos entrevistados, ou seja, 80% são pessoas que tenham o ensino fundamental

incompleto (45%), ensino médio completo (16%) e ensino médio incompleto (14%). Portanto, a partir da linha pontilhada, são dados que não apresentaram representatividade. Apesar do nível de escolaridade fundamental incompleto representar 45% do total, os dados mostraram uma tendência para busca de qualificação por parte dos feirantes, haja vista que 30%, concluíram ou estão em fase de conclusão do ensino médio.

Na pesquisa, detectou-se também que a feira de Cruz das Almas possui uma influência regional através de informações sobre respostas do local de residência dos feirantes e das feiras livres que estes comerciantes atuam.

**Tabela 3** – Local de residências dos feirantes

CIDADE	TOTAL	% ZONA RURAL ou DISTRITO	% ZONA URBANA
Cruz das Almas	185	43	57
Governador Mangabeira	1		100
Santo Estêvão	4	50	50
Cabaceiras do Paraguassu	11	64	36
Muritiba	11	100	
Maragojipe	17		100
Queimadas	1		100
Sapeaçu	1		100
Feira de Santana	7		
São Felix	8		100
São Felipe	16	88	13

**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

A tabela comprova uma realidade vivenciada por uma grande parcela das feiras nordestinas: existe uma tendência na redução de feirantes-produtores e um aumento no número de feirantes-revendedores, ou seja, apesar de 53% residirem na zona rural e,

portanto, cultivarem os produtos para serem vendidos na feira livre; 47% deles já residem na sede do município e comercializam na feira através da revenda de produtos advindos de outros mercados.

A feira livre de Cruz das Almas recebe mercadorias das mais diversas cidades da Bahia (Amargosa, Cabaceiras do Paraguassu, Conceição do Almeida, Conceição da Feira, Castro Alves, Feira de Santana, Itabuna, Salvador, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, Santo Estevão, São Félix, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muritiba, Juazeiro, Valença, São Felipe, Ituberá, Jaguaquara e Ipirá) e de outros estados. Os produtos comercializados pelos feirantes do galpão de confecções como Aracaju, Ceará, Pernambuco e São Paulo.

**Tabela 4** – Origem dos produtos comercializados pelos feirantes

ORIGEM DAS MERCADORIAS	%
1ª alternativa: Produção própria	32
2ª alternativa: Outros municípios	37
3ª alternativa: Uma parte própria e a outra de outros municípios	23
4ª alternativa: No comércio de Cruz das Almas	6
5ª alternativa: No comércio de Cruz das Almas e de outros municípios	1

**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

A origem dos produtos da feira livre de Cruz das Almas é muito diversificada. O fato que mais chamou a atenção refere-se a tendência dos feirantes comprarem suas mercadorias em outros municípios (37%), o que caracteriza a mudança do perfil do feirante deste mercado periódico que deixa de ser produtor para ser revendedor.

Em relação à comercialização dos seus produtos, detectou-se que, dos 262 entrevistados, 37 deles, isto é, 14%, atuam em outras feiras livres da região, com destaque para a feira livre de Muritiba, cidade localizada a 3,5 quilômetros de Cruz das Almas. Outra informação relevante refere-se à representatividade dos feirantes,

pois dos 14% que comercializam em outras cidades, 70% deles são do grupo A, feirantes que comercializam ao redor da feira e, em sua maioria, não tem barracas e/ou boxes para trabalhar.

**Tabela 5** – Atuação dos feirantes em outras cidades

CIDADE	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D	Grupo E	TOTAL
Feira de Santana	2					2
Muritiba	8	8	6	3	1	26
Cabaceiras	1				3	4
Maragojipe	1	1				2
Itatim	1					1
Ipirá	1					1
Mangabeira				1		1

**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

No que se refere à renda dos feirantes, 56% deles afirmaram que a comercialização de seus produtos na feira livre é a sua fonte de renda e, para 44% deles, a atuação na feira livre é uma complementação, pois atuam em outras atividades econômicas e/ou são aposentados. Em relação ao valor da renda dos feirantes, detectou-se que a maior parte dos feirantes (64%) auferem até um salário mínimo com a atividade, o que é pouco, já que a maioria deles utiliza a feira livre para seu sustento.

**Tabela 6-** Renda dos feirantes

RENDA	%
Até 1 salário mínimo	64
De 1 a 2 salários mínimos	28
De 2 a 3 salários mínimos	5
De 3 a 4 salários	2
Acima de 4 salários	1

**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

Diante de algumas melhorias trazidas com a política econômica implantada na década de 1990, perguntou-se aos feirantes se a partir desta data até 2011, data de aplicação do referido instrumento de pesquisa, houve um incremento da margem de lucro em seus comércios. Do total de entrevistados, 42% afirmaram que houve uma piora, 34% disseram que não houve alteração e 24% afirmaram que houve um aumento em suas margens de lucro. Ao analisar os cinco grupos pesquisados, os feirantes do mercado de carne, mercado de cereais, do galpão de verduras e de cereais tiveram na maioria de suas respostas um resultado negativo, e somente os feirantes localizados ao redor da feira afirmaram que não houve alteração em seus ganhos com a comercialização de seus produtos.

Como a atividade econômica das feiras livres apresenta uma infinidade de ofícios, percebe-se que nestes espaços também existem comércios formalizados. Do total de feirantes pesquisados, 10% deles têm CNPJ e deste percentual, 3% dos comércios têm funcionários. Outra novidade percebida refere-se à interação da feira livre com o circuito superior da economia, pois 12% dos feirantes vendem seus produtos para supermercados e outros comércios formais.

O governo federal vem investindo maciçamente em programas de acesso ao crédito para micro e pequenos empreendedores, dentre eles, pode-se citar o CREDAMIGO, através do empreendedor individual. Sobre a utilização do crédito bancário para melhoria de seu negócio, 24% confirmaram o uso e 76% ainda apresentam resistência ou consideram desnecessário. Em relação ao registro no programa empreendedor individual, apenas 6% são cadastrados, enquanto os demais demonstraram desconhecimento das normas que contemplam este programa e, por isso, não se interessaram pela adesão.

Ao se observarem as condições inadequadas para comercialização nos espaços da feira livre de Cruz das Almas, levantou-se a questão do valor da taxa de uso dos espaços públicos.



**Tabela 7** – Taxa paga pelos feirantes

Valor	%
Faixa 1: Até R\$ 10,00	27
Faixa 2: De R\$ 11,00 a R\$ 20,00	34
Faixa 3: Acima de R\$ 20,00	8
Não paga nada	31

**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

Apesar dos dados demonstrarem que 34% pagam a 2ª faixa, 31% dos feirantes não pagavam a taxa desde 2002, início do mandato do governo municipal. O resultado desta tabela e as declarações da gestão municipal mostraram que as inadequadas condições atuais dos espaços tornam imoral a cobrança da taxa para uma parte dos feirantes.

Diante do embasamento teórico e empírico sobre a feira livre de Cruz das Almas considerou-se importante criar um capítulo que enumerasse algumas melhorias para estes espaços públicos.



## **UMA ABORDAGEM PROPOSITIVA**

Depois de longos debates sobre a feira livre de Cruz das Almas, suas peculiaridades e desafios que precisavam ser transpostos tanto pela gestão municipal como pelos feirantes, este capítulo tem um foco diferenciado, o caráter propositivo. Assim, acredita-se que a pesquisa só contribui para a sociedade a partir do momento que se propõe, através de amplos estudos e debates, a promover mudanças e melhorias para o objeto, em nosso caso, a feira livre de Cruz das Almas.

Após análise dos formulários aplicados à amostra pesquisada, inferiu-se que o nível de escolaridade dos feirantes ainda é baixo. Portanto, independente das questões culturais envolvidas nos espaços da feira livre de Cruz das Almas, sugere-se à prefeitura um programa de capacitação dos feirantes que deve envolver questões de gerenciamento de resíduos sólidos, atendimento ao cliente, práticas de manipulação de alimentos e organização da feira.

### **Capacitação dos feirantes**

A capacitação de feirantes deve ser promovida pela gestão municipal através da Secretaria de Serviços Públicos, da Vigilância Sanitária Municipal em parceria com a UFRB e o SEBRAE. Esta capacitação enfocaria temas, como: gestão de resíduos sólidos, associativismo, manipulação de alimentos, qualidade no atendimento ao cliente e gestão empresarial. Não se deve esquecer que esta capacitação precisa levar em consideração a realidade da feira livre de Cruz das Almas e suas características socioculturais.

No entanto, a responsabilidade para melhoria das diversas demandas que afligem a feira livre de Cruz das Almas deve ser compartilhada com a ABAFACA ao se reforçar o papel do associativismo como agente de transformação social.

## **Gestão de resíduos sólidos**

Na antiguidade, até meados do século XVIII, era escasso o número de fábricas e, conseqüentemente, a oferta de bens e serviços era limitada. Este fato promovia uma baixa quantidade de geração de lixo pela população. Com a Revolução Industrial, o número de fábricas cresceu em âmbitos inimagináveis, o emprego tornou-se escasso no campo e as pessoas começaram a se deslocar para as cidades, e a realidade passou a ser outra. Portanto, a geração do lixo cresceu na mesma proporção, principalmente nas cidades, local onde a modernidade começava a tomar forma. No século XX, com a globalização, esta situação agravou-se mais ainda, devido à abertura de mercado que promoveu, o acesso a inúmeros bens e serviços de qualidade, os quais que contribuem para o conforto e bem estar da população. Assim, é uma tendência a prevalência de uma humanidade consumista que reduz o tempo de vida útil dos produtos e consome uma infinidade de produtos supérfluos. Esta situação promove nas cidades a geração de uma quantidade de lixo sem precedentes.

Como um retrato desse universo de ação, há de se considerar que mais de 70% dos municípios brasileiros possuem menos de 20 mil habitantes, e que a concentração urbana da população no país ultrapassa a casa dos 80%. Isso reforça as preocupações com os problemas ambientais urbanos e, entre estes, o gerenciamento dos resíduos sólidos, cuja atribuição pertence à esfera da administração pública local. (MONTEIRO, et.al, 2001, p. 12).

Apesar da gestão municipal ser a responsável pelo gerenciamento do lixo nas cidades, segundo Gusmão (2003), ao nos referirmos à problemática dos resíduos, percebe-se nas pessoas a presença do fator cultural, ou seja, uma sensação de bem-estar e inclusão social, mesmo que momentaneamente. Por outro lado, quando se faz referência ao produto do consumo, o lixo, as pessoas se distanciam, deixando de assumir sua parcela de responsabilidade na geração deste elemento.

Todos somos produtores de lixo, consciente ou não do que isto representa e, mais ou menos, informados/interessados pelo destino dado ao nosso poder público. Através de sensibilidades negativas em relação aos restos, historicamente construídas, surge o desejo de afastamento, ou seja, queremos sempre estar bem longe do lixo, da sujeira, das pessoas e espaços a ele relacionados e de todas as suas ameaças e perigos (PORTILHO, 1997, p.2).

O mesmo fato acontece com a feira livre de Cruz das Almas, todos a *priori* se sentem responsáveis pela geração de lixo, mas não se importavam com sua destinação e acabavam mantendo os espaços sujos e impróprios para a comercialização de alimentos. De um lado, os feirantes e consumidores que, em sua maioria, não mantinham os espaços limpos; e de outra vertente, a gestão municipal que dispõe de uma equipe pequena e despreparada.

Diante de estudos teóricos sobre a temática da feira livre e da realidade percebida por meio das entrevistas e da aplicação de formulários a feirantes e representantes do poder público municipal, os problemas enfrentados por este mercado periódico fazem parte da maioria das feiras livres nordestinas. Portanto, esta pesquisa sugere a criação de políticas públicas com foco na gestão dos resíduos sólidos gerados pela feira que, além de contribuir para

minimizar um dos mais graves problemas - a limpeza e organização dos espaços da feira de Cruz das Almas que poderá ser fonte de renda para outras famílias sem perspectivas de sobrevivência. Além destas questões, a gestão do lixo contribui na redução dos impactos ambientais gerados diariamente pela feira livre.

Existem muitas formas de gerenciamento do lixo; dentre elas, destacam-se o aterro sanitário, a incineração, a compostagem e a reciclagem. No Brasil e no mundo, inúmeros estudos demonstram a capacidade de geração de renda advinda da reciclagem, mas antes de propormos este método de tratamento, é necessário identificar a potencialidade econômica do resíduo gerado na feira livre, e isto somente é possível através do estudo da compostagem.

A realização da caracterização dos resíduos gerados é um instrumento importante no gerenciamento, pois permite quantificar e discriminar os resíduos sólidos produzidos pela região, bem como o potencial dos reaproveitáveis serem comercializados e absorvidos pelas empresas recicladoras (CAMPOS, 2004, p.8).

Para promover a caracterização, é necessário compreender as formas de tratamento dos resíduos sólidos. Este trabalho foca dois tipos: a compostagem e a reciclagem. A compostagem, segundo Oliveira (2006) é um processo antigo que se refere à degradação de resíduos orgânicos através de processos biológicos que, a depender da qualidade, poderá servir de adubo para a agricultura ou a jardinagem. Para complementar este conceito, Coelho (2008, p. 5) mostra sua importância ao afirmar que “é um processo que pode ser utilizado para transformar diversos tipos de resíduos orgânicos em adubos que, quando acondicionados ao solo, melhoram suas características físicas, físico-químicas e biológicas”.

Feita a compostagem, a depender do resultado da análise dos resíduos da feira livre de Cruz das Almas, analisar-se-á a

viabilidade de utilização ou não da reciclagem por meio da coleta seletiva. Para a realização deste capítulo, utilizou-se como base a pesquisa realizada em 2011 por Ozineide Silva Gusmão, em uma feira livre de Feira de Santana/Ba.

De acordo pesquisa realizada por Gusmão (2003) na feira livre do bairro Tomba na cidade de Feira de Santana, destacou-se como proposta um modelo de gerenciamento do lixo que compreendeu as seguintes etapas: caracterização dos espaços da feira, intervenção educacional e caracterização dos resíduos sólidos produzidos pela feira. A caracterização acontece através da retirada de uma amostra no final do expediente e que deve ser dividida em dois montes. De cada um deles, retiram-se outras três amostras que deverão ser acondicionados em sacos de cem litros através do uso de pás. Todas as amostras devem ser levadas a uma Equipe de Educação Ambiental <sup>1</sup>que analisará as dimensões específicas através da metodologia de Kiehl.

Partindo do princípio de que a educação promove mudanças na vida dos indivíduos, propõe-se aos feirantes de Cruz das Almas uma intervenção educacional, ou seja, a participação destas pessoas no que concerne à questão do lixo gerado na feira livre de Cruz das Almas através de reuniões com as diferentes categorias de acordo com a localização (setor 1- cobertura metálica: frutas, verduras, legumes, amendoim torrado, camarões e azeites; setor 2- mercado de cereais: cereais, artigos religiosos, restaurantes, bares, mercadinhos, gaiolas, beiju; setor 3- cobertura metálica: confecções, calçados e bijuterias; setor 4- mercado de carne e o setor 5- ao redor da feira: frutas e verduras, hortaliças, café, cereais, legumes, dendê, peças para fogões, bijuterias, CDs, galinhas vivas, lanches e outras formas de comércio).

---

1- Sugere-se que este trabalho seja realizado pela equipe técnica da Universidade Estadual de Feira de Santana (EEA/UEFS), que possui larga experiência na gestão de resíduos sólidos.

Reigota (1991) demonstra a importância da educação ambiental popular ao discorrer sobre os objetivos desta educação que, segundo a Conferência Mundial de Educação Ambiental realizada em 1987, são: consciência, conhecimento, atividades, competência e participação. A **consciência** refere-se à transmissão de conhecimento através da sensibilidade e da consciência do ambiente e dos fatos a ele associados; o **conhecimento** será adquirido pelos indivíduos e grupos sociais meio de várias experiências; as **atividades** referem-se ao auxílio em relação ao conjunto de valores e sentimentos de preocupação com o ambiente e a motivação na participação de sua proteção e benfeitoria; a **competência** diz respeito ao auxílio na obtenção de competência para tratar das questões ambientais; e a **participação** refere-se à atuação e envolvimento na resolução de problemas referentes ao ambiente.

Diante da participação dos feirantes em parceria com a gestão municipal, finaliza-se este processo com a caracterização dos resíduos sólidos gerados pela feira livre de Cruz das Almas por meio dos índices de resíduos orgânicos <sup>2</sup>e pela identificação dos resíduos, que podem ser: orgânicos, plásticos, metais, vidros, papéis, papelões e outros, conforme a realidade encontrada nestes espaços públicos.

A depender do resultado do processo de compostagem sobre a viabilidade de reciclagem dos resíduos gerados na feira livre de Cruz das Almas, sugeriu-se a prática da coleta seletiva que é um sistema de recolhimento de materiais separados previamente para serem utilizados para reciclagem ou reutilização. Segundo dados do IBGE (2008) sobre a pesquisa nacional de saneamento, os

---

2- Os índices de resíduos orgânicos são medidas utilizadas para demonstrar a quantidade de matéria orgânica, ou seja, resíduos facilmente degradáveis pela natureza através da ação de microrganismos. São expressos nos seguintes itens: pó de café e chá, cabelos, restos de alimentos, cascas e bagaços de frutas e verduras, ovos, legumes, alimentos estragados, ossos, aparas e podas de jardim, esterco animal, serragem, entre outros.



programas de coleta seletiva de resíduos sólidos aumentaram de 58 identificados em 1989 para 451 em 2000, alcançando o patamar de 994 em 2008. O avanço se deu, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste, onde, respectivamente, 46% e 32,4% dos municípios informaram ter programas de coleta seletiva que cobriam toda a localidade.

Portanto, sugeriu-se à administração municipal a criação de políticas públicas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, buscando melhorar os aspectos de limpeza e organização dos espaços da feira livre, bem como amenizar os impactos ambientais que surgem em decorrência do não aproveitamento do lixo.

## O papel do associativismo

Historicamente, o associativismo tanto no Brasil como no mundo surge como resposta às desigualdades sociais, políticas e econômicas em todos os âmbitos da sociedade. Sua atuação caracteriza-se por ensejar questões de âmbito coletivo e, assim, torna-se um meio poderoso de participação dos cidadãos na vida pública. Ao falar sobre a democracia no século XIX, Tocqueville, sociólogo francês que a partir de estudos sobre a realidade sociopolítica dos EUA buscou demonstrar o desenvolvimento da sociedade. Através do livro “Democracia nas Américas”, discorreu um capítulo sobre a importância das associações. Tocqueville (1977, p. 393 apud OLIVEIRA JÚNIOR, 2006, p. 15) encontrou nas associações:

Uma forma de inserir os cidadãos em normas de reciprocidade e de confiança generalizadas, facilitando padrões de ação em comum, algo bastante condizente com aquele que afirmara que “os sentimentos e as ideias não se renovam, o coração não cresce e o espírito não se desenvolve, a não ser pela ação recíproca dos homens uns sobre os outros”.

Reforçando o conceito de associações com o viés de ação coletiva, Scherer-Warren (2001, p.17 apud SANTOS, 2010a, p. 39) expõe que são [...] “formas organizadas [...] criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, como para a melhoria da qualidade de vida, defesa de direitos de cidadania, reconstrução comunitária, etc”.

A união dos homens em prol da ação coletiva tendo como um dos mecanismos a presença das associações é essencial na atualidade, haja vista que diante da era da modernidade líquida e fluida, o que importa é o capital que está por trás de uma política econômica excludente que provoca desigualdades econômicas e consequente desigualdades de participação política. Sobre esta realidade, Lindblom (1977 apud KERSTENETZKY 2003, p. 134) afirma que:

Na medida em que em uma economia de mercado, funções públicas como geração de empregos, decisões de produção e de investimento, fixação de preços, crescimento e padrões de vida são “exercidas” privadamente por “homens de negócios”, ocorreria uma contaminação natural da agenda política, estando as políticas públicas significativamente limitadas pelos interesses das comunidades de negócios (empresas privadas e poder corporativo).

Portanto, a sociedade civil para Costa (1997, p.17 apud REGINO; MACEDO FILHO, 2006, p. 6) é definida como uma categoria que “abriga o conjunto de associações e formas organizativas que se distinguem de outros grupos de interesse atuantes na esfera da política e da economia”, e surge com o objetivo de atuar distintamente do Estado, mas interdependentes, em prol da coletividade.

Diante da globalização dos mercados qual o papel das associações nas cidades? Como se inserem na feira livre de Cruz das Almas? Em 2011, nas duas etapas da pesquisa de campo, detectou-

se a existência de uma associação, a Associação dos Barraqueiros e Feirantes de Cruz das Almas (ABAFACA), e esta pesquisa demonstrou como funciona sua atuação perante os feirantes e a gestão pública.

As associações têm o papel de não apenas intermediarem o diálogo entre comunidade e poder público, mas também de atuarem de forma autônoma em prol da comunidade, basta afirmar que o Banco Mundial financia vários projetos para estas entidades que deixam de ter caráter apenas reivindicatório.

As associações civis contribuem para a eficácia e a estabilidade do governo democrático, não só por causa de seus efeitos “internos” sobre o indivíduo, mas também por causa de seus efeitos “externos” sobre a sociedade. No âmbito interno, as associações incultam em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público (PUTMAN, 2002, p. 103 apud SANTOS, 2010a, p. 48).

Para Veiga e Rech (2001 apud SANTOS, 2010q) há existência de princípios que caracterizam a análise das associações: a adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos sócios, participação econômica dos sócios, autonomia e independência, educação, formação e informação, interação e interesse pela comunidade. Como cada uma dessas características se expressa na ABAFACA? Diante da pesquisa, percebeu-se uma tímida atuação da associação. Para confirmar esta informação, basta afirmar que dos 262 entrevistados apenas 9 participam da ABAFACA e 25 feirantes são filiados a outras associações. Ou seja, da amostra pesquisada, somente 13% são filiados a associações e, destes, apenas 3% são envolvidos com a associação que representa a feira livre de Cruz das Almas.

**Quadro 7-** Relação das associações dos feirantes de Cruz das Almas

CAE -Feira de Santana
Associação de Desenvolvimento Rural Comunitário São Felipe
Associação Boa Esperança - São Felipe
Associação dos Catadores
Associação Tapera - Cruz das Almas
Associação de São Felipe
Associação Sapucaia - Cruz das Almas
Associação Três Bocas - Cruz das Almas
Associação Quilombo - São Félix
Associação Cadete -Cruz das Almas
Associação Boca da Mata - Cruz das Almas
Associação Comercial de Lisboa
Associação Rural de Cabaceiras
Associação dos Pescadores

**Fonte:** Pesquisa de campo (2011)

Observou-se também que somente os feirantes- produtores fazem parte de associações que são ligadas ao seu povoado ou distrito, e representam as pessoas que atuam ao redor da feira. Fato oposto ocorre com os feirantes-revendedores que afirmaram possuírem uma renda superior aos primeiros, por isso, consideram desnecessário associarem-se e preferem atuar individualmente, por isso correspondem a apenas nove pessoas. Mudar esta realidade é um desafio para qualquer associação, e as sugestões propostas pela autora da pesquisa dependem da união dos feirantes via associação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A feira livre de Cruz das Almas é tão antiga quanto o surgimento da cidade, mas infelizmente, não existem dados oficiais que comprovem sua origem. Através dos estudos acerca deste objeto, a feira livre é uma atividade de grande importância socioeconômica em âmbito local e regional.

Em 2011, a pesquisa acerca dessa feira livre mostrou que possui problemas nos quesitos: organização, limpeza e infraestrutura que são atacados isoladamente; a prefeitura atua sozinha e a participação popular nas questões sobre a feira livre via associação ABAFACA é quase que inexistente. O grupo de feirantes localizado ao redor do mercado representou o maior contingente da feira livre de Cruz das Almas; é formado em sua maioria por feirantes-produtores que frequentam a feira nas sextas-feiras e sábados, Dentre todos, são o grupo de feirantes que apresentaram a menor renda (até um salário mínimo) e encontram-se dispostos ao redor da feira, sendo e são os mais prejudicados com a falta de estrutura dos espaços, pois ficam expostos a céu aberto, sujeitos às precárias condições de higiene e limpeza.

No que se refere ao perfil, a pesquisa demonstrou que os feirantes de Cruz das Almas vêm buscando melhorar sua escolaridade. A maioria dos feirantes reside no município e a maior parte na sede de Cruz das Almas. Existe uma tendência na redução de feirantes-produtores e um aumento no número de feirantes-revendedores. A feira tem um raio de influência regional. A feira livre ainda é fonte de renda para a maioria dos feirantes. A renda é de até um salário mínimo. A margem de lucro situou-se no patamar estagnado e ou menor. A interação com o comércio formal é uma realidade. Em relação à formalização do comércio, é algo muito

distante para a maioria que não possuía apoio e/ou não busca informação sobre o assunto.

A pesquisa inferiu que a feira livre de Cruz das Almas é um mercado que apresenta problemas infraestruturais relacionados com a organização, limpeza e segurança, que perpassaram pela fragilidade na gestão deste espaço público. Sabe-se que gerir um espaço público com inúmeras pessoas de diversas culturas, principalmente quando se refere à feira livre, é um desafio para qualquer gestão municipal. Diante destas afirmativas, indagou-se: como melhorar a gestão da feira livre de Cruz das Almas? Esta resposta perpassa por uma gestão profissional dos funcionários envolvidos que em parceria com a Associação dos Barraqueiros e Feirantes de Cruz das Almas (ABAFACA), porta de entrada para diálogos com os feirantes, devem promover a criação de políticas públicas que sejam capazes de mantê-los competitivos diante de um mercado formal que oferece uma infinidade de benefícios a sua clientela.

Além de apontar os problemas da feira livre de Cruz das Almas, esta dissertação também apresenta um enfoque propositivo. Acredita-se que a pesquisa só contribui para a sociedade a partir do momento que se propõe através de amplos estudos e debates promover mudanças e melhorias para o objeto de estudo. Diante das respostas da pesquisa de campo realizada junto aos feirantes, perceberam-se as demanda por várias melhorias, dentre elas, a construção de boxes e/ou barracas e uma gestão profissional dos espaços da feira nos quesitos organização e limpeza. Por isso, sugere-se a prefeitura:

- implementação de uma política de gerenciamento de resíduos sólidos amparados na Lei 12.305 de 12/08/2010;
- construção de boxes padronizados que pudessem além de expor os produtos

- armazená-los com segurança e higiene;
- estabelecimento de parceria com a associação ABAFACA, com o objetivo de entender as demandas dos feirantes;
- intermediação de parcerias do SEBRAE com a ABAFACA, com a finalidade de promover a capacitação dos feirantes sobre as políticas públicas voltadas para a feira livre.

Além das sugestões acima, o professor Janio Roque Barros de Castro, em uma audiência pública na cidade de Cruz das Almas, também apresentou algumas proposições de melhorias para a feira livre aproveitando-se o seu potencial local / regional:

- a coleta de lixo itinerante, ou seja, a coleta deve acontecer no decorrer do expediente da feira, fato que evita o acúmulo de sujeira e mantém a organização do espaço;
- a criação da Rádio Feira, através do uso de caixas de som espalhadas ao longo da feira com dicas, informações e participação dos feirantes;
- a utilização do mercado como espaço de diversas manifestações culturais da região do Recôncavo;
- a transformação das paredes do mercado em uma grande tela para projeção de manifestações culturais locais/regionais.

Não adianta pensar que só a prefeitura tem o dever de promover benfeitorias para a feira livre; é necessária uma mobilização da sociedade civil, no caso específico, dos feirantes, principais

interessados na melhoria das condições do espaço público da feira livre de Cruz das Almas. Sabe-se que a feira livre é composta por pessoas das mais diferentes culturas e que a promoção do diálogo nestes espaços é algo desafiador, mas todos têm o mesmo objetivo: melhorar a infraestrutura, a organização e a limpeza para garantir a competitividade perante o comércio formal.

Diante dos estudos acerca da gestão e planejamento municipal da feira livre de Cruz das Almas concluiu-se que é um mercado periódico de grande potencial econômico que precisa ser administrado com mais profissionalismo. A direção desta atividade econômica deve ser conduzida não apenas pela prefeitura, mas principalmente através da parceria com a ABAFACA, principais conhecedores das demandas existentes.

Além disso, é importante ressaltar que Cruz das Almas é um pólo educacional e de pesquisa, expressos pela UFRB e EMBRAPA. Além destas, outras localizadas fora do município como: UNEB, UFBA e UEFS, instituições dotadas de respaldo técnico que podem contribuir na profissionalização dos espaços da feira livre, principalmente no apoio a ABAFACA. Dotada de conhecimento, esta associação poderá também atuar junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do município e de outras localidades, o que a torna apta a atender os diferentes perfis de feirantes que atuam na feira de Cruz das Almas.

Esta pesquisa não tem a finalidade de esgotar a discussão do tema feira livre e gestão municipal. Pelo contrário, os resultados levantaram outras propostas de estudo, como por exemplo, a atuação dos especuladores, pessoas que acabam prejudicando os ganhos dos feirantes-produtores. Outra questão que não fora abordada refere-se ao código de posturas, documento institucional que encontra-se em fase de reformulação e também trata de normas relacionadas aos espaços públicos da feira livre de Cruz das Almas.



## REFERÊNCIAS

AGUIAR, Salvador dos Santos. **A feira livre enquanto centralidade: o caso de Cruz das Almas-Ba.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Faculdade Maria Milza, Cruz das Almas, 2007.

ANDION, Carolina. Planejar em épocas de incerteza é possível? **Revista FAE Business**, n<sup>3</sup>, set 2002.

ASSIS. Lenilton Francisco de. ARAÚJO, Francinelda Ferreira de. Centralidade do comércio na cidade pequena nordestina: o caso da feira livre de Varjota (Ceará/Brasil). **Revista Electrónica de Geografia e Ciências Sociais**, vol. 13, n 294, julho 2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Crediamigo- Apresentação.** Disponível em: [http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos\\_e\\_Servicos/Crediamigo/gerados/o\\_que\\_e\\_objetivos.asp](http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Produtos_e_Servicos/Crediamigo/gerados/o_que_e_objetivos.asp)>. Acesso em 08 mar 2011

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e estatuto da cidade. **EURE** (Santiago). v.28 n.84 Santiago sep. 2002. Disponível em: [http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612002008400008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0250-71612002008400008&script=sci_arttext)> Acesso em 20 de outubro 2011.

BAUMAN, Zigmund. **Modernidade Líquida.** São Paulo, Zahar, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRASIL. **Ministério das Cidades** (2010). Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades/conferencias-das-cidades/1a-conferencia-das-cidades/resolucoes-concidades/Resolucoes1Conferencia.pdf/view>> Acesso em 10 de janeiro 2011.

BROMLEY, R.J Et. al. Análise racional dos mercados periódicos. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, IBGE, 42(1), p. 183-94, jan./mar., 1980.

CAMPOS, Aurea Chateaubriand A. (coord.). **Programa de reintegração dos catadores do aterro de Feira de Santana através da instalação de uma unidade de separação de resíduos sólidos**. Unidade Executora: Equipe de educação ambiental/ departamento de tecnologia da UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana), out.2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 4 ed. São Paulo, Contexto: 1999.

CARLOS, A.F.A; LEMOS, A.I.G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**: 4 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

CARVALHO, Luzia Alves de. A condição humana em tempo de globalização: a busca do sentido da vida. **Revista Visões** 4ª Edição, nº4, Volume 1 - Jan/Jun 2008. Disponível em: [http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed\\_A\\_Condicao\\_Humana\\_Em\\_Tempo\\_De\\_Globalizacao\\_Luzia\\_Alves.pdf](http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_A_Condicao_Humana_Em_Tempo_De_Globalizacao_Luzia_Alves.pdf)> Acesso em: 10 de fev de 2011.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CAVALCANTI, B.S, Prefácio. In: VERGARA, S.C; CÔRREA, V.L.A(org). **Propostas para uma Gestão Pública municipal efetiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

CAVALCANTI, Paula Arcoverde. **Sistematizando e comparando os enfoques de avaliação e de análise de políticas públicas: uma contribuição para a área educacional**. Campinas-SP, 2007(Tese) Doutorado em Educação – Universidade Estadual de Campinas.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Elsevier-Campos, 1991.

CLEPS, Geísa Daise Gumiero. **O comércio informal e a cidade**. In: II SIMPÓSIO REGIONAL DE GEOGRAFIA “PERSPECTIVAS PARA O CERRADO NO

SÉCULO XXI” Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Geografia 26 a 29 de Novembro de 2003.

CYMBALISTA, Renato; SANTORO, Paula Freire (Orgs). **Planos diretores**: processos e aprendizados. São Paulo: Instituto Pólis, 2009. 158p. - (Publicações Pólis; 51).

COELHO, Fabio Cunha. **Composto Orgânico**. Niterói: Programa Rio Rural, 2008.

CÔRREA, Roberto Lobato. **Trajatórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

.. **Trajatórias Geográficas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CRUZ DAS ALMAS, Prefeitura Municipal. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Cruz das Almas**. Cruz das Almas; SPDE, 2007. Adequação do Plano Diretor do Município de Cruz das Almas – Bahia, a Lei 10.257/2001-Estatuto da Cidade e MP 2.220/2001. Relatório 1 – versão preliminar. Cruz das Almas, 2007.

DANTAS, Geovany Pachelly Galdino. **Feira de Macaíba-RN**: um estudo das modificações da dinâmica socioespacial (1960/2006). Natal-RN, 2007(Dissertação) Mestrado em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DIAS, Franklin. Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana: o Futuro das Cidades Brasileiras na Crise. **In Gestão Democrática, Inversão de Prioridade e os caminhos da Administração Pública Municipal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993, p.327-347.

DUARTE, Fabio Et al. A cidade e o mercado: enfim, a gestão urbana negociada. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano I, No 1, novembro de 1998, Salvador – Ba.

FAYOL, Henri. **Administração industrial e geral**: previsão, organização, comando, coordenação, controle. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1990.

FELISBINO, Riberti de Almeida. publicado 12/05/2010  
Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/37718/1/O-municipio-e-o-prefeito-na-nova-ordem-constitucional-/pagina1.html#ixzz1ArOqMNN>.> Acesso em 20 de março 2010.

FERREIRA, Antonio Ademir; REIS, Ana Carla F; PEREIRA, Maria Isabel. **Gestão empresarial**: de Taylor aos nossos dias. São Paulo: Editora Pioneira, 1997.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan. **Orçamento participativo**: a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOULART, Jefferson O. Orçamento participativo e gestão democrática no poder local. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ln/n69/a04n69.pdf>. **Revista Lua Nova**, no 69, 2006, São Paulo-SP, 2006.

GUEDES, Paulo. **Programa comunidade ativa na Bahia**. Lisboa - Portugal, 2003 (Tese) Doutorado em Sociologia Econômica e das Organizações – Universidade Técnica de Lisboa.

GUSMÃO, Ozineide Silva. **A questão do lixo no cotidiano de uma feira livre no interior da Bahia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2003.

HANNECKER, Robinson. **Desenvolvimento econômico**: o caso da indústria calçadista em Cruz das Almas de 1996 a 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Faculdade Maria Milza, Cruz das Almas, 2011.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Características da População e dos Domicílios: Resultados do Universo.** Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas\\_da\\_populacao/default\\_caracteristicas\\_da\\_populacao.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/default_caracteristicas_da_populacao.shtm)> Acesso em 15 de maio de 2011.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas- CNAE.** 6/05/2011. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/.../revisao2007/.../CNAE20\\_Subclasses\\_Introducao.pdf](http://www.ibge.gov.br/.../revisao2007/.../CNAE20_Subclasses_Introducao.pdf)> - Similares> Acesso em 19 julho 2011.

\_\_\_\_\_. **Censos e Estimativas.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem\\_final/tabela1\\_1\\_16.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem_final/tabela1_1_16.pdf)>. Acesso em 15 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1691&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1691&id_pagina=1)>. Acesso em 19 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **Cidades@.** Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=290980#>>. Acesso em 03 de janeiro 2012.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Sobre associativismo, desigualdades e democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol.18, no.53, Outubro de 2003, São Paulo. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-690920030003000008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-690920030003000008&script=sci_arttext)>. Acesso em 06 abril 2011.

JACOB, Pedro Roberto. **Ampliação da cidadania e participação: desafios na democratização na realização da relação de poder público – sociedade civil no Brasil.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996 (Dissertação) Mestrado em Educação.

JESUS, Gilmar Mascarenhas. **O lugar da feira livre nas grandes cidades capitalistas: conflitos, mudanças e persistências.** Rio de

Janeiro: (1964-1989). 1991. (Dissertação) Mestrado em Geografia Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LIMA, Leonardo Branco. **Feira de São Joaquim: territorialidade de uma reinvenção cotidiana.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Federal da Bahia- Instituto de Geociências – Departamento de Geografia, Salvador, 2006.

LOBATO, David Menezes Et. al. **Estratégias de empresas.** 8 ed .Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

LONGO, Francisco. La expansión de la dirección pública profesional: apuntes desde la experiencia española. . In **X CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA.** Instituto de Dirección y Gestión Pública - ESADE, 18 a 21 oct. 2005.

MACHADO, Vilma Lobo. **A feira livre de confecções como fator de integração e dinamismo regional: o eixo Caruaru/ Toritama/Santa Cruz do Capibaribe – Pernambuco.** Salvador: 152p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, UFBA, 2005.

MATUS, Carlos. **Política, Planejamento e Governo.** Brasília: IPEA, 1993.

MENEZES, Luis Carlos; JANNUZZI, Paulo de Martino. Planejamento nos municípios brasileiros: um diagnóstico de sua institucionalização e seu grau de efetividade. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Ano VII, No 12, julho de 2005, Salvador – Ba.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 9 ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MONTEIRO, José Henrique Penido et al. **Manual de Gerenciamento Integrado.** Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

OLIVEIRA, Isabel Cristina Pereira. **Lixo na “escada”**: um estudo sobre a gestão municipal de resíduos sólidos. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2006 (Dissertação) Mestrado em Ciência Ambiental.

OLIVEIRA JUNIOR, José Amorim. **A influência da ação coletiva das associações no poder e no desenvolvimento sociopolítico local, em Tocqueville**. 2006. Disponível em <http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/815/599>> Acesso em: 04 jan. 2011.

PAZERA JUNIOR, Eduardo. **A feira de Itabaiana-PB**: permanência e mudança. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003(Tese) Doutorado em Geografia Humana.

PFEIFFER, Peter. **Planejamento estratégico municipal no Brasil**: uma nova abordagem. Brasília: ENAP, 2000.

PORTO, Gil Carlos Silveira. **Configuração sócio-espacial e inserção das feiras livres de Itapetinga e arredores no circuito inferior da economia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005 (Dissertação) Mestrado em Geografia.

PORTILHO, M.F.F. **Profissionais do lixo**: um estudo sobre as representações sociais de engenheiros, garis e catadores. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PIRENNE, Henri. **História Econômica e Social da Idade Média**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1982.

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais. Disponível em: [http://www.rais.gov.br/RAIS\\_SITIO/oque.asp](http://www.rais.gov.br/RAIS_SITIO/oque.asp)> Acesso em 05 de janeiro 2011.

REGINO, Fabiane Alves; MACEDO FILHO, Renato. Pensando o associativismo rural como instrumento de transformação e inovação no poder local. In: Congresso Latino Americano de Sociologia Rural, 2006, Quito. **Anais do Congresso Latino**

**Americano de Sociologia Rural**, 2006. v. 7. Disponível em <<http://www.alasru.ec>>. Acesso em 03 janeiro 2011.

REIGOTA, Marcos. Fundamentos teóricos para a realização da educação ambiental popular. **Em Aberto**. vol. 10, n 49, jan/mar. 1991. Disponível em <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/757/678>. Acesso em 19 dezembro de 2011.

ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nádía. Governar as metrópoles: dilemas de revitalização. In: GONÇALVES, Maria Flora; BRANDÃO, Carlos Antônio e GALVÃO, Antônio C. **EDUNESP/ANPUR**, 2003.

ROSA, Denis. Resenha de Propostas para uma Gestão Pública Efetiva de Sylvia Constant Vergara y Vera Lúcia de Almeida Corrêa. **Revista de Sociologia e Política**, No 22, junho de 2004, Paraná-SC.

SANTIN, Janaína Rigo; FREITAS, Felipe Simor de. **O Estatuto da cidade e a gestão democrática municipal** Artigo publicado no Mundo Jurídico ([www.mundojuridico.adv.br](http://www.mundojuridico.adv.br)) em 13.04.2003. Acesso em 10 janeiro de 2011.

SANTOS, Claudio Ressurreição dos ; AGUIAR, Salvador. Santos. Interações espaciais da feira-livre de Cruz das Almas e as atividades comerciais do entorno. In: VII Encontro Nacional da ANPEGE., 2007, Niterói. **Anais do VII Encontro Nacional da ANPEGE**. Niterói: ANPEGE, v.1, 2007.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. **Associativismo e desenvolvimento**: o caso da Região Sisaleira da Bahia. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010(a).

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **Economia Espacial**: críticas e alternativas. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.



\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Editora Record, 2000.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos.** 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

SANTOS, Cláudio Ressureição; PINHEIRO, Josemare Pereira dos Santos; SANTOS, Fábio Salvador dos. **A feira livre enquanto centralidade e sua inserção na rede de mercados periódicos: o caso da feira livre do distrito de São José do Itaporã Muritiba-Ba.** In: 2º SIMPÓSIO O RURAL E O URBANO NO BRASIL, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Carta e Manifesto da Administração Política para o Desenvolvimento do Brasil.** Garanhuns, 32 p. jan 2010 (b).

\_\_\_\_\_. **Administração política para o desenvolvimento do Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2010.

SANTOS, Reginaldo de Souza, Et. al. Reestruturação Produtiva do Estado brasileiro na perspectiva neoliberal. **Revista de Administração Pública-RAP.** Rio de Janeiro, vol. 38, n 1, jan-fev. 2004.

\_\_\_\_\_; RIBEIRO, Elizabeth Matos; SANTOS, Thiago Chagas Silva. **Bases teórico-metodológicas da administração política.** Revista de Administração Política. Rio de Janeiro, n 1 , vol 2, abril 2009.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2007.

SEI- Superintendência de Assuntos Econômicos e Sociais da Bahia. **Informações Básicas dos Municípios Baianos.** 1997. Disponível em [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br). Acesso em 10 de janeiro 2012.

SILVA, Benedicto. Teoria das funções municipais. Textos de administração. Municipal. Rio de Janeiro: n 2, **Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)**, 2 ed, 1995.

SILVA, Ligia Betânia Wanderley. **A Feira Livre em Pedras de Fogo- PB**. João Pessoa: Universidade Federal da Bahia, 2006 (Monografia) Bacharelado em Geografia.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão de literaturas. Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n 16, jul-dez. 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

SOUZA, Valtey Martins de. **Atividades econômicas, meios geográficos e setores da economia**: evolução e retração. 12/06/2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/articles/19634/1/ATIVIDADES-ECONOMICAS-MEIOS-GEOGRAFICOS-E-SETORES-DA-ECONOMIA-EVOLUCAO-E-RETRACAO/pagina1.html>> Acesso em: 19 julho 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. ATTR-BA (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais do Estado da Bahia), 2002. Disponível em: [http://www.fit.br/home/link/texto/politicas\\_publicas.pdf](http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf). Acesso em 20 abril 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO BAIANO- Disponível em: <http://www.ufrb.edu.br/portal/a-ufrb/livro-ufrb-5-anos>> Acesso em 08 de abril 2011.

# Apêndice A

**Universidade do Estado da Bahia – UNEB**  
**Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional**  
**Mestranda: Daciane de Oliveira Silva**  
**Entrevista para ser aplicada na feira livre de Cruz das Almas**

ENTREVISTA- PESQUISA DE OPINIÃO SOBRE A GESTÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA FEIRA LIVRE DE CRUZ DAS ALMAS (feirantes)

- 1- Existem políticas direcionadas às feiras livres?
- 2- Você sabe o que é plano diretor?
- 3- Vocês participaram da elaboração do plano diretor?
- 4- No plano diretor existe um projeto de revitalização do mercado. Vocês participaram da votação deste projeto?
- 5- O que precisa melhorar na feira?
- 6- Como funciona o pagamento pelo uso do local para a venda dos produtos?
- 7- Qual a procedência dos produtos que vocês comercializam?
- 8- Existe alguma associação de feirantes? Caso tenha, como funciona? Caso negativo, vocês já pensaram em criar alguma?
- 9- Como você considera a gestão da feira livre em relação:
  - A) Infraestrutura- espaço físico, barracas, condições do mercado?
  - B) Acessibilidade- fácil acesso de pessoas e automóveis?
  - C) Suporte para comercialização (empréstimo e/ ou consultoria)?
  - D) Limpeza?

- 10- Existe algum sindicato que representa os feirantes perante o poder público? Como vocês buscam melhorias para a feira livre junto ao poder público?
- 11- Em sua opinião, o que diferencia a feira de hoje da feira do passado?
- 12- Qual a média de venda mensal de seu comércio?

## **Apêndice B**

**Universidade do Estado da Bahia – UNEB**  
**Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional**  
**Mestranda: Daciane de Oliveira Silva**  
**Entrevista para ser aplicada na feira livre de Cruz das Almas**

### ENTREVISTA- OPINIÃO DOS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL DO ESPAÇO PÚBLICO DE CRUZ DAS ALMAS

- 1- Como as pessoas foram convocadas para participação das audiências da votação do plano diretor? Como isso aconteceu em se tratando dos feirantes?
- 2- Existe algum programa para melhoria da feira livre, além da restauração do mercado que está acontecendo?
- 3- Existe algum programa da prefeitura que faz alguma ligação entre a agricultura familiar e a feira livre?
- 4- Quais critérios são utilizados para a definição do espaço para os feirantes?
- 5- Existe algum canal de comunicação entre a gestão municipal e os feirantes?
- 6- Qual o nível de inadimplência dos feirantes em relação ao uso do espaço público da feira? Explique.

- 7- Caso a inadimplência seja alta, será que existe insatisfação com a gestão da feira livre por parte da prefeitura?
- 8- A prefeitura pretende mudar a feira de lugar? Quais os projetos para a feira?
- 9- De onde vem a verba para a qualificação da feira: Município, estado, governo federal?
- 10- O que já se fez até agora pela melhoria da feira?
- 11- Como se administra o crescimento da informalidade na feira livre?

## Apêndice C

**Universidade do Estado da Bahia – UNEB**  
**Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional**  
**Mestranda: Daciane de Oliveira Silva**  
**Formulário para ser aplicado na feira livre de Cruz das Almas**

### FORMULÁRIO - PERFIL DOS FEIRANTES DO ESPAÇO PÚBLICO DE CRUZ DAS ALMAS

1. Qual seu nível de escolaridade?
  - a. Fundamental incompleto
  - b. Fundamental completo
  - c. Ensino médio incompleto
  - d. Ensino médio completo
  - e. Superior incompleto
  - f. Superior
  - g. Pós-graduação

2. Do ponto de vista econômico, a feira livre representa:
  - a. Sua fonte de renda
  - b. Complementação de renda
3. Qual sua renda com a atividade da feira?
  - a. Até 1 salário mínimo
  - b. De 1 a 2 salários mínimos
  - c. De 2 a 3 salários mínimos
  - d. De 3 a 4 salários mínimos
  - e. Acima de 4 salários mínimos
4. De dez anos pra cá, a margem de lucro de seu negócio:
  - a. Melhorou
  - b. Piorou
  - c. Não mudou
5. Seu comércio é registrado?
  - a. SIM. Mas não tem funcionários
  - b. SIM . Mas tem funcionários. Quantos? \_\_\_\_\_
  - c. NÃO
6. Vende para supermercados ou outros comércios formais?
  - a. Sim
  - b. Não
7. Utiliza crédito bancário para melhorar e manter seu negócio?
  - a. Sim
  - b. Não

8. Fez registro no novo programa do governo, o empreendedor individual?

- a. Sim
- b. Não

9. Quais os problemas que afligem a feira livre?

- a. Organização
- b. Limpeza
- c. Infraestrutura
- d. Questões políticas
- e. Não tem problemas

10. Quais as sugestões para melhoria destes problemas?

---

---

---

---

---

11. Qual a taxa que você paga para expor seus produtos na feira?

- a. Até R\$ 10,00
- b. De R\$ 11,00 a R\$ 20,00
- c. Acima de R\$ 20,00
- d. Não pago nada

12. Em que categoria se enquadram seus produtos?

- a. Cobertura metálica- Frutas, verduras, legumes, amendoim torrado, camarões e azeites.

- b. Mercado de cereais- cereais, artigos religiosos, restaurantes, bares, mercadinhos, gaiolas, beiju.
- c. Cobertura metálica - Confecções, calçados e bijuterias
- d. Mercado de carne
- e. Ao redor da feira – frutas e verduras, hortaliças, café, cereais, legumes, dendê, peças para fogões, bijuterias, CDs, galinhas vivas, lanches e outras formas de comércio.

13. Qual a origem das mercadorias comercializadas?

- a. Produção própria
- b. Outros municípios \_\_\_\_\_
- c. Uma parte produção própria e a outra de outros municípios
- d. Compra para revenda em Cruz das Almas
- e. Compra para revenda em Cruz das Almas e outros municípios

14. Você participa de alguma associação?

- a. Sim- ABAFACA
- b. Sim- Outras \_\_\_\_\_
- c. Sim- ABAFACA e Outras
- d. Não

15. Onde você mora? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

16. Você vende em outra feira? Se sim, qual? \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## **SOBRE O AUTOR**



**DACIANE DE OLIVEIRA SILVA**

Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), mestre em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Atualmente é docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), integrante do grupo de pesquisa Desenvolvimento da Agricultura Familiar e Agroecologia (DAFAG). Atua em pesquisas na área de gestão em empreendimentos coletivos e agricultura familiar.





As feiras livres são uma atividade econômica muito antiga, surgida por volta do século XI. Na região Nordeste do Brasil são responsáveis pelo sustento de inúmeras famílias. Na feira livre de Cruz das Almas, no Recôncavo baiano, nota-se uma diversidade de produtos dispostos no espaço público, como acontece em grande parte das feiras brasileiras, o qual é administrado pela prefeitura da cidade que, através da Secretaria de Serviços Públicos, atua em parceria com a Secretaria de Infraestrutura e com a Superintendência de Trânsito. Esta pesquisa objetivou entender como a prefeitura municipal promove a gestão e o planejamento da feira livre de Cruz das Almas, considerando-se sua dinâmica espacial como importante atividade econômica local e regional.



Editora UFRB

ISBN 978-85-5971-075-5



9 788559 710755